

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BARBOSA, Milton. Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 15min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 19/07/2004

Duração: 3h 15min

Arquivo digital - vídeo: 4; Fita cassete: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado justificou-se por ter sido um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do PT e um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU).

Temas: Cultura brasileira; Culturalismo; Diretórios acadêmicos; Discriminação racial; Escravidão; Esquerda; Estados Unidos da América; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Imprensa alternativa; Índios; Manifestações populares; Movimento estudantil; Movimento negro; Organizações não governamentais; Partido dos Trabalhadores - PT; Polícia; Racismo; São Paulo; Universidade de São Paulo;

Sumário

Entrevista: 19.07.2004

Fita 1-A: origens familiares; infância no bairro do Bexiga em São Paulo; a formação escolar do entrevistado; primeiros contatos com as questões raciais no período escolar; recordações sobre as primeiras atividades profissionais; a entrada para a faculdade de Economia e Administração da USP (1973); participação no centro acadêmico e outras formas de militância no movimento estudantil; comentários sobre as diferentes organizações do movimento negro do início da década de 70; participação do entrevistado no Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan); relato sobre as atividades do Cecan; comentários sobre os grupos que deram origem ao Movimento Negro Unificado (MNU); considerações sobre as atividades do MNU; debate sobre as diferentes formas que o movimento negro assume nas capitais e nas cidades do interior.

Fita 1-B: balanço sobre a disputa entre as tendências culturalista e políticas dentro do movimento negro; a inserção do MNU nas cidades do interior paulista; comentários sobre a passagem do entrevistado pela Escola de Samba Vai-Vai (1966-80); participação do entrevistado na Liga Operária durante o período de graduação; motivos pelos quais fez a opção pelo movimento negro (1973); relato sobre as táticas de repressão policial ao movimento negro.

Fita 2-A: relato sobre o enfrentamento entre o MNU e a polícia nas escadarias do Teatro Municipal (1978); considerações sobre a organização e repercussão do ato do Teatro Municipal; considerações sobre periódicos da imprensa negra; comentários sobre o apoio de grupos musicais ao movimento negro; relatos de outras atividades de protesto entre 1978 e 79; a criação do estatuto do MNU e as divergências ocorridas no processo (1978).

Fita 2-B: Comentários sobre o movimento negro em países como Estados Unidos e África do Sul; o debate sobre a discriminação racial no Brasil e na África dentro do MNU; comentários sobre transformação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial em Movimento Negro Unificado; avaliação da organização do MNU e suas diferentes tendências internas; relato sobre a militância sindical no período em que o entrevistado trabalhou no metrô de São Paulo; participação no diretório regional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Fita 3-A: importância da Convenção Nacional do Negro em Brasília (1986); comentários sobre a origem da Fundação Palmares; a criação de órgãos voltados para as questões raciais nos governos federal e estaduais na década de 1980; balanço sobre a atuação do governo Lula em relação às questões raciais; perspectivas de atuação do movimento negro para além da atuação nos órgãos estatais; importância da obrigatoriedade do ensino de história da África nas escolas; balanço sobre a III Conferência Contra o Racismo (Durban 2001); críticas ao veto do governo Fernando Henrique Cardoso ao acompanhamento do movimento negro ao ensino de história da África na formação de professores (2003).

Fita 3-B: considerações sobre as forças políticas envolvidas na viagem de Nelson Mandela

em visita a estados brasileiros; as propostas políticas de reparação a países africanos por parte do governo brasileiro; a escravidão no Brasil e a influência da revolução haitiana; comentários sobre artistas negros do século XX e sua influência na formação de identidade dos negros; debate sobre a questão de cotas para negros nas universidades; as diferentes tendências do movimento negro nos Estados Unidos e a política de cotas; comentários sobre os protestos realizados na comemoração dos 500 anos do descobrimento do governo Fernando Henrique Cardoso; a transferência da pré-conferência para Durban do Brasil para o Chile (2000).

Fita 4-A: relato sobre a organização dos protestos contra as comemorações dos 500 anos do Brasil; comentários sobre a repressão policial às manifestações; avaliação sobre a relação entre o movimento negro e as organizações indígenas; a participação do entrevistado na marcha do 13 de maio de 1988 em São Paulo; o contato do MNU com outras organizações, como grupos palestinos, movimentos de homossexuais entre outros; perspectivas de atuação e objetivos do MNU para o século XXI; balanço da importância dos movimentos negros nas reivindicações sociais ao longo da história do Brasil; comentários sobre a situação dos negros no mercado de trabalho atualmente.

Entrevista: 19.07.2004

Verena Alberti – O senhor nos mandou um currículo dizendo assim: “Quem é Milton Barbosa?” E nesse currículo – Regina também está presente a entrevista – não tinha a data de nascimento, o nome do pai, da mãe. Onde o senhor nasceu, como é que foi o início da sua vida? O senhor nasceu aqui em São Paulo mesmo ou foi fora?

Milton Barbosa – Eu nasci no dia 12 de maio de 1948, na cidade de Ribeirão Preto. Minha mãe é Iná Barbosa e meu pai, que eu não conheci, nem consta no meu documento inclusive, é João Câncio Vieira.

V.A. – Não consta no documento porque é pai desconhecido?

M.B. – Porque minha mãe, segundo ela, estava separada dele, se separou dele e não quis colocar.

Regina dos Santos – Separou ainda grávida, não é?

M.B. – É. Ela me conta que quando ele morreu, eu tinha sete meses. Então não conheci.

V.A. – O senhor não teve contato nenhum com seu pai?

M.B. – Com meu pai não.

V.A. – E irmãos, o senhor teve?

M.B. – Eu tenho uma irmã, filha da minha mãe. E do meu pai, eu tinha outros três, que eu só conheci dois, Alcino e Cidinha.

V.A. – Esses são os filhos que eram do seu pai só?

M.B. – Do meu pai. E tinha um outro que eu não conheci, Expedito, eu nunca vi.

V.A. – E a sua irmã, nasceu antes?

M.B. – É filha da minha mãe. Ela é mais velha do que eu.

V.A. – Então o senhor foi criado mesmo com sua mãe e sua irmã?

M.B. – Isso.

V.A. – Qual o nome da sua irmã?

M.B. – Maria de Lourdes Vieira.

V.A. – E foi criado em Ribeirão Preto mesmo?

M.B. – Não. Com três anos vim para São Paulo, para o bairro do Bexiga. Bela Vista.

R.S. – Ele diz que é do Bexiga, viu? Só tirando lá com o saca-rolha é que ele confessa que é do interior de São Paulo. Mas ele fala: “Eu sou do Bexiga.” Com o maior orgulho.

M.B. – Fui criado no Bexiga com a minha mãe e minha irmã. E estudei em uma escola, Escola particular São José, uma professora negra, Ana Rita Sant’Ana. Que é um negócio que para mim, eu acho que foi importante para mexer com a minha... Despertar minha consciência, me fazer ter enfoque diferente diante da vida, na medida em que o processo de alienação sobre o negro era muito pesado. Então, minha mãe que era uma pessoa também, que não tinha estudo, mas era muito espirituosa, fazia muitas piadinhas, e se empenhou muito em nos criar. Na minha casa eu tinha alguns livros, que depois que eu comecei a entender das coisas, que eu achava interessantes. Tinha *O negrinho* do Booker T. Washington, algumas coisas antigas que achei interessante. E tinha uns livros infantis, que eu nem lembro quem foi que deu. Eu também acredito que deve ter me ajudado a pegar hábito por leitura.

V.A. – A sua irmã também foi para essa mesma escola?

M.B. – Nós dois estudávamos nessa escola e a professora era muito interessante, eu sempre lembro dela. Acho fantástico, porque ela nos defendia muito. Embora, era um negócio antigo. Por exemplo, nós ficávamos o dia todo, no nosso caso. Minha mãe trabalhava de doméstica, então nós ficávamos lá; e era um negócio rígido, quando tomava a lição, não sabia: “Dá a mão aí. Palmatória na mãozinha.” Mas ela gostava muito da gente e nos defendia quando a gente era meio que atacado. A gente brincava lá com a molecada da vizinhança, e aquela coisa de xingar de negrinho, ela ia na rua assim e: “Negro está de baixo da saia da mãe.” E ela levantava a saia mesmo e mostrava. Usava um calção tipo lona. E uma coisa que depois eu achei muito interessante é que ela se... Depois que eu comecei a entender as coisas... Ela se vangloriava de ser virgem, e era religiosa. Mas por causa de nós ela fazia o maior escândalo e, literalmente, levantava a saia. [riso]

R.S. – Interessante que eles foram para a escola muito pequenos. Nessa escola ele foi alfabetizado por ela. E acho que era interessante colocar que vocês eram os meninos negros, você e a Lourdes, mas que a escola era uma porção de menininhos brancos...

M.B. – Brancos e negros também. Tinha uns neguinhos que ela cuidava lá, então é um processo muito interessante.

V.A. – Mas ela era a diretora da escola, ela era a dona da escola, ela tinha...

M.B. – É, ela era a dona da escola, antigamente... Ela era a professora, a diretora, ela que dava as aulas.

V.A. – Era o quê? De primeira à quarta série, como é que era?

M.B. – Isso, exato. Era um ensino básico. E eu acho que é fundamental. Se você tiver um bom ensino básico, o resto você tira de letra.

V.A. – E tinha outros professores na escola?

M.B. – Não. Nessa escola era só ela. Dava aula de tudo.

V.A. – Ela só que dava conta de tudo?

M.B. – É.

V.A. – De todas as séries também?

M.B. – Sim. Ela dava aula de piano também.

V.A. – Quantos alunos havia, mais ou menos?

M.B. – Não eram muitos alunos. Eram de vinte a trinta alunos.

V.A. – E era no Bexiga?

M.B. – Tinha horários diferenciados, lógico. Nós ficávamos o dia todo, mas tinha horários diferenciados.

V.A. – E era no Bexiga?

M.B. – No Bexiga.

V.A. – E a sua mãe trabalhava perto, ou trabalhava longe?

M.B. – Não. Trabalhava meio longe. Para a época era longe. Trabalhava no Jardins, essas coisas. Depois, no final do dia ela passava lá, pegava a gente e levava para casa. Eu penso muito que essa coisa da dona Toca mexeu muito com a nossa cabeça.

V.A. – Dona Toca? Chamava dona Toca?

M.B. – Apelido dela é dona Toca. Ela era conhecida no bairro lá, respeitada. Muito interessante. Mas era uma fera. Sentava o pau em nós lá. [riso] Nós éramos muito levados,

ainda por cima. Mas brigava com aquela vizinhança lá com a maior categoria. Então eu acho que isso deve ter influenciado.

R.S. – Interessante que isso é na década de 1950.

Amilcar Pereira – Quantos anos você tinha, quando entrou nesse colégio?

M.B. – Eu fui para essa escolinha, eu tinha seis anos.

V.A. – 1954, não é?

A.P. – E você acha que nessa época, com seis anos, sete anos, nessa escola já começa a despertar essa consciência da sua negritude?

M.B. – Não. Eu acho que não começa a despertar, mas começa a ser introjetado em mim essa coisa. Mesmo porque, tem um negócio que eu lembro bem: tinha um loirinho que estudava comigo, que ficava lá também, o pai dele deixou ela cuidar dele. E nós éramos como irmãos, nó dois. Nós aprontávamos tudo, brigava, batia nos outros, sempre juntos. E um dia a gente brigou – nós dois – e o pai dele estava lá. O pai dele era um senhor loiro, Pavanele, Oscar Pavanele.

V.A. – Oscar Pavanele?

M.B. – O menino se chamava Oscar Pavanele, o pai dele, eu não lembro o nome. E aí, ela me fez pedir desculpa para ele. E eu muito turrão: “Desculpa.” [sussurrando] E ela me dando cascudo, e eu: “Desculpa” [sussurrando]. Falei um desculpa assim, bem coisa... Mas eu senti, por exemplo, nesse momento, que pelo fato de o cara ser branco ela me pôs naquelas condições. Então, depois eu fui entender das contradições: ela era negra com uma certa consciência, defendia os negros, mas meio diante de um branco, ela me fez fazer aquilo. Eu fiquei putto. Essa coisa eu nunca esqueci. Então, para mim, isso já é um rasgo de consciência, com certeza. É muito interessante. Depois que eu comecei a ser militante fui sacando essas coisas, por exemplo, de ela ser religiosa, muito católica, tinha novena... O que para mim, isso

é um colonialismo. Mas, são as contradições. A gente bagunçava naquela novena para caramba, eu, o Oscarzinho, mas o [incompreensível], mas os outros neguinhos, nossa... A gente ria muito na novena. Depois ela dava uns cascudos em nós.

V.A. – Mas ele não falou para o Oscarzinho pedir desculpas para o senhor?

M.B. – Não. Fez eu pedir desculpas para o pai dele.

V.A. – Para o pai dele?

M.B. – Para o pai dele. Não foi para o Oscarzinho.

V.A. – Mas por que? O senhor brigou com...

M.B. – Porque eu briguei com o filho dele lá. Assim: começamos um sarro lá, uma brincadeira besta. Nós começamos... Só sei que a gente estava lá... Ele, acho, que fez um: “ai, ai...” Qualquer coisa assim. Aí nós começamos, eu e uns outros neguinhos lá, começamos a falar que ele falou que nem – assim bem preconceituoso –, falamos que ele falou “ai, ai” que nem os baianos. Começamos a tirar sarro com ele: “ai, ai...” Ele ficou nervoso e nós acabamos saindo na porrada.

V.A. – Com o pai?

M.B. – Não. Com o menino. Aí o pai estava lá, tinha ido visitar o filho. De vez em quando ele ia lá. Aí ela fez... Acho que ficou envergonhada de a gente estar brigando com o filho lá do pai, naquele momento, aí fez eu ir lá pedir desculpas.

V.A. – Para o pai?

M.B. – Aí eu fui assim, tomando cascudo, eu falei um “desculpa” bem, sabe... aquele cara turrão, que acha que não devia pedir desculpa. [riso] Porque a treta minha era com o filho dele. Eu achava que estava certo, o filho achava que estava certo também. Mas era coisa

nossa. E eu pedi desculpa assim, mas isso eu nunca esqueci. Mesmo ela, que tinha uma puta consciência, que defendia a gente, teve essa postura. E ela jogava pesado, às vezes falava mesmo: “Do branco aqui eu só quero o dinheiro.” Assim, na hora que ela ficava com raiva. Não era isso, mas falava. E eu achava um barato. Não é nem certo, mas é coisa que me marcou, de sacar essa coisa.

R.S. – Na verdade te deu autoestima...

M.B. – Com certeza. Você ter uma professora negra... Para a criança negra, ter uma professora negra é fundamental. Normalmente ele tem professoras brancas, que são racistas porque está introjetado tudo isso, e vai deixando ele cada vez mais encolhido. Nós temos um ponto de vista de que a criança negra é feliz na rua. Na hora que ela começa a ir para escola, começa a vir os limites pesados sobre a criança negra, principalmente naquele tempo. Agora, os meios de comunicação são muito mais poderosos. Naquele tempo não tinha a televisão com esse poder, rádio... Então, a molecada na rua era... A gente dominava a rua. Toda aquela criatividade, espírito de liderança que você tem... Naquela escolinha, por exemplo, eu era um dos líderes. Tinham outros, mas eu era um dos líderes naquela escolinha lá. Então essa coisa... Agora, a criança que pega uma escola que reprime, que amordaça, que humilha, ela vem da rua com essas coisas todas, com essas qualidades, começa a sofrer um massacre na escola. Então, é lógico que isso, com certeza, me influenciou na minha trajetória da vida, a forma da gente construir as propostas do movimento. A questão da educação para nós sempre foi fundamental. Essa coisa da gente perceber isso, o processo colonialista, essa imposição cultural, essa destruição da personalidade da criança negra. A gente bate duro nisso aí.

V.A. – Aí o senhor ficou, digamos, quatro anos na escola da dona Toca. E depois foi para onde?

M.B. – Na realidade não fiquei só quatro anos, porque eu acabei morando lá. Era um porãozinho. Eu fiquei morando em baixo da escola um bom período. Depois, mesmo eu saindo dessa escola eu ainda morava lá. Então ainda tinha essa...

V.A. – Mas com sua mãe e sua irmã, vocês moravam ali, naquele porãozinho?

M.B. – Com minha mãe e minha irmã. Nós morávamos em baixo. Um porãozinho que a gente tinha que se agachar para entrar. Isso também, a gente ficava meio com vergonha daquela situação. Tudo coisa que mexe com a cabeça, entendeu? Interessante. Aí, fui para outro tipo de escola. Eu tive um período que eu – com uns quatorze, dezesseis anos – um período assim, que eu lia muito. Lia muito. Eu ia trabalhar, eu morava no Bexiga. O Bexiga é meio perto do Centro da cidade. E eu descia de manhã lendo o livro e voltava lendo livro, para almoçar. Voltava do almoço para a cidade lendo o livro, quando voltava vinha lendo o livro. Então peguei uma mania de muita leitura. Trabalhei em uma publicidade teatral, então tinha muitos livros lá de teatro, de Shakespeare...

V.A. – Era uma editora, essa publicidade teatral?

M.B. – Ela fazia os programas, aqueles programinhas teatrais, vendia...

V.A. – Uma gráfica?

M.B. – Não. Ela era uma...

R.S. – Produtora, na verdade.

M.B. – Na realidade, ela editava um programa. E rodava, tinha uma gráfica lá, onde eles rodavam esse negócio. Eles trabalhavam essa produção aí.

A.P. – Só uma pergunta rápida: a dona Toca não cobrava dos alunos negros?

M.B. – Cobrava. A gente ficava devendo muito. [riso] Mas cobrava também. Eu mesmo, minha mãe devia tanto lá, que já tinha virado da família mesmo. Cobrava. E tinha alunos negros muito pobres, tinha uns brancos muito pobres, tinha às vezes alguns negros um pouco mais metidos a besta, tinha uns branquinhos também mais metidos a besta, às vezes. Porque a escola era boa. Ela era muito exigente. E não era só nós que tomávamos reguada não, todo mundo tomava. Nós tomávamos mais porque nós éramos mais levados, mais atrevidos. E ela

tinha mais responsabilidade com nós. [riso] Aumentava a cota do couro. Mas a gente sempre levou numa boa, porque também era meio fraterno. Depois fui para o Rodrigues Alves. Teve um tempo que eu parei, minha mãe não me enquadrava, então teve um tempo que eu parei.

V.A. – Rodrigues Alves é o que, outra escola?

M.B. – Era uma escola estadual. Fiz admissão aí.

R.S. – É na Avenida Paulista essa escola.

M.B. – Uma escola em uma região meia coisa...

V.A. – Meia coisa, como assim?

M.B. – Meio de classe média. Agora é a região burguesa mesmo.

R.S. – É uma escola do Estado, mas a escola do Estado que tinha uma...

M.B. – É. Antigamente as escolas do Estado eram, mais ou menos, boas. E, dependendo da região, elas eram melhores ainda. Agora que degradou bastante. Mas eu fiquei um tempo que eu parei. Fiquei bastante tempo fora da escola, porque teve um período que eu lia muito, aí teve um período que eu resolvi: “Estou ficando muito alienado, só lendo.” Aí resolvi cair na curtição, para a curtição da negrada, escola de samba, festa... e me inserir. Eu achava que estava ficando muito... Hoje chamam de *nerds* essas coisas, os caras que estudam muito, que leem muito. Então fiquei um tempo muito na gandaia.

V.A. – E foi nessa época que o senhor começou a trabalhar nessa publicidade teatral? Ou nessa época da gandaia nem trabalhava?

M.B. – Comecei com quatorze anos a trabalhar.

V.A. – Já nessa publicidade teatral?

M.B. – É. Mas já tinha trabalhado antes. Comecei a trabalhar com nove anos.

V.A. – Fazendo o quê?

M.B. – Trabalhei em tapeçaria, trabalhei em marcenaria, ajudando lá, essas coisas, mas coisinha pequena. Aí, nessa publicidade entrei com quatorze anos. E nesse período é que eu lia muito, e depois, tipo dezesseis anos que eu comecei curtir a vida: ir para baile, desfilar na escola de samba. Comecei, acho que, com dezesseis anos na Vai-Vai, montamos ala lá.

V.A. – E o senhor disse que a sua mãe não enquadrava o senhor?

M.B. – Eu abandonei a escola e só fiquei na gandaia, na curtição. Fui voltar a estudar lá para os dezenove, vinte anos, porque aí fui fazer madureza, que é um curso de madureza Santa Inês. Fiz um...

R.S. – Supletivo.

M.B. – Na realidade era madureza que chamava. Agora é que o supletivo é um nome chique. [riso]

V.A. – É, chamava madureza.

M.B. – Depois fiz cursinho vestibular, acho que uns dois anos. Aí entrei na USP, acho que em 1973. Mas também entrei, mas não consegui estudar porque eu fazia mais era movimento, mas luta política mesmo.

V.A. – Nós vimos aqui: diretório acadêmico. Que o senhor foi diretor do centro acadêmico Visconde de Cairú, não é isso?

M.B. – Fiz parte um ano lá do centro acadêmico.

V.A. – E o senhor escolheu a faculdade de Economia e Administração por que?

M.B. – Escolhi de besta, porque eu achava que ia aprender economia da fato. Não que ia ficar rico, mas aprender economia. Aí quando eu entrei, acabei descobrindo lá que na realidade, quem ensinava era a escola chicaguista. Só como ganhar dinheiro, só a serviço mesmo do capitalismo. Por exemplo, teve companheiros nossos que falaram: “Eu vou entrar de cabeça, depois eu desalieno.” Só que isso não existe. Entraram de cabeça e já era. Provavelmente eu devo ter um monte amigos executivos, diretores de empresas... Porque pouca coisa você vê mesmo de esquerdas, tem lá: [Paul Suiz] é muito pouca coisa. Então, na realidade eu fiz algumas matérias que tinham a ver mais com a coisa universal de pensamento, de estudos. Mas, na realidade, praticamente não consegui passar em nada e eu fazia mais era movimento mesmo. Mais militava. Tive momentos de desemprego, que também acabaram atrapalhando mais ainda. Então chegou um período que eu fui jubilado, não podia estudar mais lá na USP. Eu me matriculava, trancava matrícula, aquelas coisas. Mas só vivia agitando. Fiz bastante movimento estudantil, tiramos alguns caras nossos que estavam em centros acadêmicos, nós tiramos para colocar no movimento, escola de samba, favela, essas coisas todas. A gente achava que a universidade não era prioridade. Então a gente não tinha uma estratégia dentro da universidade para disputar centro acadêmico, para interferir no currículo. Isso a gente até tinha: questionar o currículo por causa da universidade. Mas não ficava falando para a negrada entrar, entendeu? Tanto que alguns caras diziam que nós tirávamos os negros da universidade, que nós éramos contra a universidade porque nós criticávamos essa coisa do negro querer ir para a universidade como ascensão social, um processo de branqueamento. E nós colocávamos que o negro tinha que se assumir acima de tudo como negro. Tinha que entrar para a universidade para desconstruir o que é construído lá, que é a ideologia burguesa de dominação, essa coisa toda. Então nós pegamos companheiros nossos, tipo o Ivair Augusto, que era diretor de centro acadêmico e começou a jogara para fazer movimento negro. Essa que era a postura. E criticávamos o academicismo. Então eu vivia mais fora da universidade do que lá dentro. Só ia lá mesmo para fazer movimento. Movimento estudantil fiz mais ou menos, fui diretor do centro acadêmico, nunca fiquei disputando os aparelhos lá, mas como eu estava na universidade, a gente fazia movimento, mas trazia as coisas para fora.

V.A. – O senhor então priorizava já o movimento negro, nesse momento?

M.B. – Sim.

V.A. – Menos do que o movimento estudantil, mais importante era o movimento negro?

M.B. – Exatamente.

V.A. – Nós estamos vendo que nesse período, foi em 1974 que o senhor foi diretor do centro acadêmico, o senhor entrou na USP em 1973. E nesse início dos anos 1970 já, aqui em São Paulo, começam a aparecer alguns organismos, organizações, a própria imprensa negra em São Paulo nos anos 1970 tem o *Jornegro*, *Árvore das palavras*, *Cadernos Negros*. No início dos anos 1970, segundo as nossas pesquisas, aqui em São Paulo o Grupo Evolução, depois tem a Associação de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Acacab, o senhor tinha contato?

M.B. – Na realidade, a Acacab... Aqui, antes disso teve o Cecab, esse foi mais...

V.A. – Cecab também, Centro de Estudos e Arte Negra.

M.B. – Acacab já era um negócio mais sofisticado. Quem estava assim, meio comercial é Acacab, que eu me lembro.

V.A. – Era mais comercial?

M.B. – Tentava assim.

V.A. – Tentava ser.

M.B. – Se eu não me engano, o Cecab era um negócio mais de movimento, que é antes do Acacab. Eu fui do Cecan, Centro de Cultura e Arte Negra.

A.P. – O senhor foi do Cecan?

M.B. – Isso. A Tereza Santos fazia parte, depois ela foi para Angola. Aí o Odacir de Matos escreveu para ela, pediu autorização e começamos a retomar as atividades do Centro de Cultura e Arte Negra. É uma das entidades que foi embrião do Movimento Negro Unificado.

A.P. – Quando isso? O Cecan é criado em 1972 pela Tereza.

M.B. – Isso. Mais ou menos em 1974 que a gente já começa a retomar o Cecan. Acho que por aí, 1974, 75. Eu sei que ela estava em Angola e o Odacir de Matos, que era muito amigo dela, pediu autorização para ser retomado. Então o Cecan...

V.A. – Quais eram as atividades que o Cecan fazia?

M.B. – O Cecan fazia... Nós tivemos uma sede na rua Maria José no Bela Vista, e a gente fazia reuniões, atividades, debates, conferências, organizava trabalhos que eram feitos fora. Fizemos uma exposição sobre Candomblé. Foi muito interessante, porque era uma mãe de santo lá de São Vicente, me fugiu o nome dela, não lembro. Mas foi um trabalho muito bonito porque nós falamos com um pai de santo aqui de São Paulo, e ele nos cobrou muita grana para fazer uma exposição no Cecan, aí nós pulamos fora. E ainda sim tivemos conversa, ficamos sabendo que tinham militares participando de associações de Candomblé e Umbanda, e: “Opa!” Nós escorregamos, porque era época de ditadura aí. E aí, conversamos com essa mãe de santo lá de São Vicente e ela se propôs a fazer uma exposição. Montamos uns tipos de bonecos, pusemos as roupas dos Orixás, foram arriadas algumas obrigações. E saiu bem mais em conta. E os militantes gostaram muito. Teve uma menina que passou a fazer parte da religião, e com certeza influenciou muito outros. Então, foi muito legal o trabalho do Cecan. O Cecan foi uma entidade cultural que foi importante em São Paulo, porque era através dela que a gente fazia atividade na cidade toda, nos relacionávamos com outras cidades do interior do Estado, com o Rio de Janeiro. E tínhamos contato com outras organizações.

V.A. – Quais eram as cidades do interior? Já havia movimento negro também no interior?

M.B. – Campinas, o movimento negro era forte, o Grupo Evolução era de Campinas. São Carlos, Rio Claro, Araraquara, Ribeirão Preto algumas coisas, então, várias cidades. E o Movimento Negro Unificado se estendeu por todas essas cidades, Santos também.

V.A. – A gente leu alguma coisa sobre o movimento negro paulista, isso existiu com esse nome? Movimento negro paulista, que teria sido consequência do Festival Comunitário Negro Zumbi, Feconezu, em cidades do interior, São Paulo.

M.B. – Movimento negro de São Paulo. Na realidade o MNU foi uma das organizações que puxou o Feconezu.

V.A. – Mas não existe um movimento negro paulista, uma coisa com esse nome?

M.B. – Não. Com esse nome, não. Talvez, havia o Movimento Negro Unificado, e quem não era do Movimento Negro Unificado possivelmente pode ter puxado isso. A gente dizia que o movimento negro paulista, o movimento negro de São Paulo que fez. Mas havia o Movimento Negro Unificado e outras entidades que não faziam parte. Então pode ser que eles... Nós dizíamos que “o movimento negro paulista é o mais forte do Brasil”. Porque o movimento negro é muito forte aqui em São Paulo. Mas não é uma instituição, é o movimento negro como um todo no Estado.

V.A. – E a relação com essas cidades do interior, com o movimento negro do interior de São Paulo. Era uma relação boa, ou havia diferenças entre o movimento negro da capital e o movimento negro do interior?

M.B. – A grande verdade, por exemplo, o movimento negro e em especial o Movimento Negro Unificado, são movimentos muito urbanos. Então havia alguns conflitos porque, mesmo dentro de São Paulo você tinha as entidades culturais, que tinham aqueles seus limites, eram arraigadas a certos conservadorismos, tinham determinadas posturas de não-confrontação com o branco.

V.A. – Isso no interior, que o senhor está dizendo?

M.B. – Isso em São Paulo e no interior de São Paulo. No interior muito mais porque, de uma certa forma, talvez eles se sentissem muito mais vulneráveis, então essa relação era mais... Porque São Paulo, por exemplo, como era um grande centro, você tinha, apesar da ditadura militar, você tinha o trabalhador se reorganizando, você tinha uma malandragem, vamos dizer assim, que para nós naquele período, a malandragem era uma forma de resistência também. Então você tinha essas coisas crescentes no grande centro. Em uma cidade do interior, essas coisas sempre são menores, são mais conservadores, evitam mais o conflito. Então havia essa diferença, são mais tradicionalistas. Você tem algumas coisas que eles não abrem mão. Então a relação...

V.A. – Como por exemplo, o senhor se lembra agora de alguma coisa especial?

M.B. – Não, alguma forma religiosa, alguma forma de cultura, de dança... E normalmente tinha uma relação não-conflituosa, e o Movimento Negro Unificado começa a colocar o confronto.

R.S. – O embate político no interior fica mais complicado de ser feito. Então, as entidades em geral são mais culturalistas. Fazem alguma movimentação política mas de uma forma mais amena.

M.B. – Nós fomos inspirados, o Movimento Negro Unificado foi inspirado pelo movimento negro nos Estados Unidos, Martin Luther King, Malcolm X, Panteras Negras, os muçulmanos negros. Os movimentos de libertação em África... Tudo isso inspirou o movimento, a luta de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, África do Sul, a luta contra o *apartheid*, pan-africanismo... Então, essas informações chegam primeiro no grande centro e começam a trabalhar isso. Nas cidades do interior, a coisa é mais devagar...

[FINAL DA FITA 1-A]

M.B. – São Paulo você tem uma coisa de efervescência, porque é um polo altamente industrializado, trabalhadores que se organizam. Você tem as bancas de jornais que trazem

revistas do mundo inteiro, livrarias que têm tudo quanto é título, então, todas essas coisas trazem um determinado ritmo para o movimento, um determinado grau de atualidade. Então, quando vai chegar em algumas outras regiões, as coisas já estão acontecendo. Então, São Paulo foi muito forte, o movimento negro foi um dos polos fundamentais, coisa rara. Então é essa rapidez que dá uma diferença. E o Movimento Negro Unificado que surge para buscar, vocês viram as propostas, organizar a população negra para o embate político, ação contra a violência policial, ação contra o desemprego, a exigência no currículo da história do negro, da história da África... Então isso traz uma nova dinâmica, do negro olhar nos olhos do branco, de exigir igualdade. Então, o cara no interior, por exemplo, aquela coisa que é devagar: “Ô, cumpadre...” Então ele se assusta muito. Então houve esse choque. Hoje eu avalio, por exemplo, que o Movimento Negro Unificado jogou pesado demais nessa coisa da política para se contrapor ao cultural. Nós chamávamos de culturalista, porque, de uma certa forma, é uma resistência, mas também estava sendo absorvida pelo sistema, tirando aquele aspecto de luta, estabelecia limites de intervenção. Então nós começamos a entrar com essa coisa do político com muita força.

V.A. – Não entendi. Hoje o senhor reavalia porque havia uma diferença grande entre o movimento político e o movimento mais cultural, artístico e tudo?

M.B. – Na verdade, o movimento político meteu um rolo compressor sobre as entidades culturalistas. Na realidade, nós não tínhamos capacidade para ter trabalhado essa coisa. Nós mesmo que criamos essa coisa meio antagônica. Segundo eles, meio a reboque da coisa... Hoje eu avalio que isso foi um erro na nossa ação. Nós tínhamos que ter sabido trabalhar melhor esse negócio.

A.P. – A gente perguntou essa coisa da diferenciação com o movimento negro do interior, porque lá no Rio, eles se identificam e fazem questão de colocar Interior no próprio nome das instituições. Por exemplo, tem o Cenierj lá, que é uma organização forte, que é o Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado. Então, a gente queria saber se há essa dicotomização, essa separação entre movimento do interior e movimento da capital, por exemplo, aqui em São Paulo também?

M.B. – Não há uma separação... O Movimento Negro Unificado, por exemplo, nós estamos em processo de reorganização. Então o MNU existiu em monte de cidades do interior, que hoje não existe mais. Então hoje nós estamos retomando isso. O próprio Feconezu, o MNU foi uma entidade que teve uma presença forte. Agora, o Feconezu ficava muito naquela coisa culturalista, muito naquela coisa de evento.

R.S. – O Feconezu também perdeu força...

M.B. – Sim, perdeu força. Mas a gente acabou meio que se separando. Eu particularmente acho que não deveria ter havido essa separação. Foi ruim para o negro como todo, foi ruim. Então há essa coisa.

R.S. – Mas a separação do ponto de vista da diferenciação da ação.

M.B. – Da ação.

R.S. – Mas não a separação formal. É que a dinâmica de uma cidade do tamanho de São Paulo é diferente, por exemplo, da dinâmica da cidade como São Carlos, que não é uma cidade pequena do interior, mas é uma cidade de algum porte. Mas que ainda assim as pessoas se conhecem, as relações político-partidárias são muito em cima das relações pessoais. Então isso é que dá uma outra dinâmica, e não o fato de que as pessoas se diferenciam politicamente por serem do interior ou da capital na ação do movimento negro. Tem essa coisa também, por exemplo, um grupo que tem uma ação de resistência cultural em São Carlos, o grande mote deles, por exemplo, é a manutenção de um grupo de congada, e não do embate político. A gente aqui em São Paulo, mesmo hoje com as debilidades, a gente ainda tem um enfoque muito no embate político.

V.A. – Menos do que cultural aqui?

R.S. – Muito menos.

M.B. – Nós achamos importante congada, Moçambique... Tanto que nós pressionávamos aquela coisa deles chamarem de folclore, porque folclore normalmente é um negócio que, pelo menos na ideia que eles passam em termos de dinâmica, folclore é alguma coisa que está no canto e...

V.A. – Distanciado da sociedade.

M.B. – Distanciado da sociedade e meio que morto. E nós não aceitávamos isso. A gente mostrava que não, que aquilo é cultura, que tem uma determinada dinâmica. Como toda cultura, ela busca resolver determinadas situações daquela comunidade. Então nós pressionávamos isso, e nós colocávamos que o negro tinha que deixar de ser passivo, tinha que ir para o enfrentamento, na realidade, o próprio sistema desenvolvia algumas coisas. Em primeiro lugar, negando a história de luta do negro, escamoteando as lutas, propagandeando que o negro era dócil, passivo... Isso tudo é balela! E o movimento negro jogou pesado contra essa coisa identificada como cultura pela cultura. Então, nós introduzimos essa discussão sobre racismo e **[incompreensível]** e jogamos pesado com as escolas de samba, com os terreiros de candomblé e umbanda. Aquela coisa de organizar o negro enquanto trabalhador e colocar suas reivindicações. A gente deu uma outra dinâmica para o processo de luta, para os papéis das entidades. Vamos dizer que o Movimento Negro Unificado, ele mudou a luta do negro que era, no período anterior e durante a ditadura militar, era aquela coisa de entidades culturais que faziam conferências, debates, reuniõezinhas, e colocamos isso publicamente. Por exemplo: nós fizemos uma reunião dia 18 de junho, criamos o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial. No dia 7 de julho fizemos o lançamento público, e aí denunciávamos a violência policial, o racismo, o desemprego do negro, o massacre da cultura negra, a utilização econômica da cultura negra... Então nós demos um outro norte para a luta do negro.

R.S. – Deu um conteúdo político a luta do negro, não?

M.B. – Sim. Exatamente.

V.A. – Agora, o senhor teve essa passagem, que inclusive está no seu currículo que a gente recebeu, entre 1966 e 1980, bastante tempo portanto, na Escola de Samba Vai-Vai. Isso não é uma parte assim, mais culturalista da sua atuação?

M.B. – Com certeza. Por exemplo, na escola de samba, desde criança, eu acompanhava. Minha mãe levava a gente para ver o Vai-Vai. A gente não desfilava.

V.A. – Desde criança o senhor era Vai-Vai, não tinha outra possibilidade?

M.B. – Exato.

R.S. – É que o Vai-Vai é uma escola de samba do Bexiga.

M.B. – Eu ia ver o Vai-Vai, e tinha uma outra que eu ia ver também, que era a Unidos da Galvão. A Unidos da Galvão eu achava excelente. [riso] O Vai-Vai era aquela coisa de comunidade, a gente ia ver desfilar. Era uma escola já meio chique, o pessoal sentava e fazia a fantasia. Aquela coisa de investir o que ganhou no ano, naquele carnaval. Então faziam as fantasias. Então eu acompanhava aquilo lá, eu, minha mãe e minha irmã, a gente ia atrás. Ela ia puxando nós dois lá sambando, arrastando e nós vendo aquilo lá. Ela não participava diretamente, assim meio de fora. Aí, depois de uma certa idade, eu comecei a acompanhar. A Vai-Vai ia desfilar e a gente ia no ônibus junto, tinha uma quantidade que eram os componentes fantasiados e tinha a torcida. Nós estávamos lá no meio. Teve um dia que eu me escondi debaixo de uma saia de uma moça, Cleusira, amiga nossa. Porque tinha o presidente, o pé rachado, que, com um pedaço de pau, ele tirava os penetras. E eu me enfiei lá debaixo. Se ele me pagasse, ele ia me dar umas pauladas. [riso] O pé rachado era o maior barato.

R.S. – Você ficou debaixo da saia de uma baiana?

M.B. – Da saia. Não era baiana, era uma fantasia. Era daquelas fantasias chiques, era rodada, e eu me enfiei lá debaixo da saia da moça e fiquei: “Não sai daí, não sai daí.” [riso] Aí, quando ele foi embora eu saí e fui junto. E havia uma torcida muito grande. Era muito interessante. Aí depois, acho que com dezesseis anos, comecei a participar. Nós montamos uma ala lá.

V.A. – Qual ala?

M.B. – A ala era... Eu e um amigo meu Julinho, aí o pessoal falava assim: ala do Julinho. Mas o nome da nossa ala, como nós éramos muito metidos era *Levanta que eles vem chegando*. [riso] Nós mesmo bordávamos a fantasia, nós fazíamos uma fantasia chique. E usava tudo... A gente era alienado, a gente ficava com aquelas coisas: “Alas dos mulatos... Ala dos bonitos...” Mas tinha um negócio interessante, era uma ala de passo marcado, meio que imitando...

V.A. – Coreografia.

M.B. – Aquelas coisas lá do Rio. É coreografia. E imitando os dançarinos, os negões... Então a gente misturou o samba com essa coisa. E era assim: a gente vinha com umas puta fantasias bonitas, a gente usava tudo que podia ser usado para ficar bonito, e chamava muita atenção. Então a gente pôs esse nome porque a nossa ala, quando estava chegando, por exemplo quando começou a ser no Anhangabaú, quando a nossa ala chegava o povão levantava mesmo. Nós éramos muito metidos. Ia um monte de meninas, um monte de mulheres quando a gente desfilava nos bairros, ou quando o desfile era em um lugar que não tinha arquibancada, elas iam do lado fazendo uma espécie de cordão de isolamento. Então a gente era metido demais. [riso] A gente aprontava muito. Então a gente estava pensando: “Precisa por um nome na ala...” esse negócio de ala do Julinho. Aí disseram: “Levanta que eles vem chegando.” A gente era muito metido.

V.A. – Eles por que, só tinha homem nessa ala?

M.B. – Naquele primeiro momento só saíam marmanjos.

V.A. – Quantas pessoas mais ou menos?

M.B. – Devia ser uns trinta, mais ou menos. Aí eu separei e fiz a ala do Cala boca.

V.A. – Aí então a ala do Julinho ficou separada da sua.

M.B. – Separada. Aí eu fiz a ala do Cala boca, porque aí já era uma coisa mais de militância. Por exemplo: lá, naquele lá, era uma roupinha, a gente dizia, de almofadinha. Porque imitava os franceses, aquelas roupinhas, perucas... Mas aí, nós começamos a trabalhar mais a questão do afro. Aí saíam homens e mulheres.

V.A. – E Cala boca por que?

M.B. – Porque os caras falavam: “Fecha a boca aí, dá um tempo, senão eu vou te dar um cala boca.” Aí a gente gostou e falava ala do Cala boca. Nós achávamos que éramos os bons, então, por exemplo, as garotas que saíam com a gente: “Eu quero sair mas meu marido não quer deixar, porque é pouca roupa...” A gente falava: “Sai aí. Depois manda ele vir tirar você da avenida.” Nós éramos muito folgados. Nós saíamos, um monte de negões todos grandões, aí saíam as meninas lá no meio com pouca roupa. [riso] E os caras não tinham peito, lógico, de tirar elas da avenida. A gente se metia muito. Nós éramos muito folgados.

V.A. – O que um chefe de ala tem que fazer? Ele vê o samba-enredo e organiza como será o desfile da ala?

M.B. – Ele organiza tudo, a fantasia, tem que correr atrás de costureira, tem que levantar grana para comprar pano. É um trampo. Na realidade é um administrador do negócio. Tem que ensaiar o pessoal, ver espaço para ensaiar. Você tem alguns caras que ajudam também.

A.P. – Até quando você ficou nessa ala?

M.B. – Chefe de ala?

V.A. – Aqui está de 1966 a 80.

M.B. – Então, mas com dezesseis é um período junto com o Julinho, depois em um outro período, sou eu mais um outro pessoal. Aí deve ter ido até 80 e pouco. Aí eu falo aí...

V.A. – É, de 66 a 80.

M.B. – Porque além disso a gente fazia...

V.A. – Trabalhos culturais na diretoria. Quais foram os trabalhos?

M.B. – Tinha por exemplo a diretoria cultural. E lá eu não fui diretor cultural, mas a gente ajudava, fazia enredo, montava assim... Por exemplo, teve um enredo que era o Guarani, eu apresentei um enredo, aí um outro entrou com outro enredo. O meu enredo perdeu, mas na realidade eu acabei escrevendo o enredo do cara. O cara só entrou com o tema e na verdade eu desenvolvi o enredo. Era o Guarani. Foi uma estória lá do Peri, Ceçi... e eu fiz questão de realçar o papel do índio para não ficar aquela coisa do negro... O índio era subordinado... Então foi interessante. Eu tinha feito um enredo sobre o Castro Alves: “Castro Alves o poeta da liberdade e a alma do povo brasileiro.” Mas fui derrotado. Então a gente fazia essas coisas, ajudava a montar os enredos da escola de samba. Eles tinham uma malandragem, até hoje ainda tem, o pessoal da escola de samba, porque na realidade o militante acaba não passando do departamento cultural. Há todo um esquema. A gente fazia um trabalho no sentido de desalienação do pessoal do samba. Eu costumo dizer, por exemplo, que antigamente uma das grandes discussões era contra a comercialização do samba. Hoje a discussão é outra: hoje tem a questão da indústria do carnaval. A gente está preocupado, porque essa coisa tem que ser um momento de inserção do negro na sociedade, alguma coisa assim. Porque o negro tem que costurar, fazer alegoria, tem que ter esse direito de sobrevivência mesmo em termos de cultura. Então é uma discussão a indústria do carnaval hoje. Está colocada na ordem do dia.

V.A. – Deixa eu só voltar um pouquinho então, até agora o que eu entendi da nossa entrevista: o senhor estava lá na escola da dona Toca, depois o senhor passou por alguns trabalhos, entrou na publicidade teatral e nessa época o senhor também já estava nessa ala da Vai-Vai.

M.B. – Aí já estava...

V.A. – As duas coisas, mais ou menos, ao mesmo tempo. Aí a gente deu um pulo, chegou no centro acadêmico da FEA, da Faculdade de Economia e Administração, onde o senhor já estava bastante claramente querendo militar pela causa negra. Eu queria saber quando é que o senhor se tornou um militante negro, um militante do movimento negro nesse percurso na escola de samba?

M.B. – Militante do movimento negro mesmo, eu colocaria a partir de 1973 mesmo. Quando nós entramos na universidade, nós já começamos na escola de samba, já a organizar mesmo a ação de movimento dentro da escola de samba, de estar enfrentando a violência policial, porque a polícia reprimia a escola de samba. Tinha momento assim que... Uma vez um PM sozinho chegou e acabou com o desfile. Eu fiquei doido. Eu parei encostado em uma pilha de tijolos, louco para dar uma tijolada. Mas aí eu pensei: “Vou errar, vou tomar um monte de tiros.” Me segurei, mas eu fiquei...

V.A. – Mas a troco de quê?

M.B. – Então essa revolta... O cara resolveu chegar no samba, sei lá... acho que ele achava que era barulho, chegou deu uns tiros para o alto e acabou com o samba. A repressão sobre o samba, o samba era muito reprimido o samba em São Paulo. No Rio não era tanto, porque virou turismo, comércio. Mas em São Paulo a repressão era pesada.

R.S. – Até a década de 1970 o samba era considerado coisa de malandro. Era onde estava o preto era coisa de malandro, assim como as casas de candomblé.

M.B. – A polícia chegava e reprimia.

R.S. – Coisa de malandro: desce a porrada. É isso. Aí todo mundo se achava no direito de fazer isso.

V.A. – Mas, aí o senhor estava falando, acho que claramente para a gente, eu entendi bastante a diferença entre o movimento negro mais político e o outro que o senhor estava chamando de culturalismo.

M.B. – Eu diria que seria um setor do movimento negro, que são as entidades culturais, você tinha a Irmandade do Rosário, que era uma irmandade religiosa e que vinha lá daquela ação de comprar alforria para os escravos, você tem as escolas de samba, você tinha os terreiros de candomblé e umbanda. O movimento negro começa justamente a juntar esses trabalhos, essas manifestações, mas coloca um norte de enfrentamento, de confronto.

V.A. – Então o senhor acha que o senhor se tornou mais militante negro no sentido político, nesse período que o senhor entrou na faculdade?

M.B. – Sim. Em 1973, quando eu entro na universidade...

V.A. – Mas por que? Houve algum motivo para o senhor ter esse norte, esse rumo na sua vida, ter decidido?

M.B. – É possível. Com certeza...

V.A. – O senhor podia ter continuado na Vai-Vai fazendo programas culturais, fazendo enredos, mas o senhor decidiu uma outra coisa.

M.B. – Aí entra... A gente aí teve contato com a Liga Operária, que eu fiz parte. Essa Liga Operária veio dar depois na Convergência Socialista.

V.A. – Mas havia discussão sobre os negros nesse universo?

M.B. – Lógico. Discussão política mesmo, de organização. A gente tinha cursos, debatia, passava nortes... A gente debatia tanto a ação no movimento negro, como a ação no movimento estudantil, então...

V.A. – E no movimento operário em si, não é?

M.B. – Sim.

V.A. – A minha pergunta é a seguinte: Como que esse movimento negro foi se constituindo enquanto movimento negro, foi aparecendo? Porque o senhor poderia ter ficado na Convergência Socialista trabalhando movimento operário, ou na universidade trabalhando movimento estudantil, mas o senhor se dirigiu para o movimento negro. A minha pergunta é essa: Quando que isso se tornou claro para o senhor?

M.B. – A partir de 1973, que a gente começa ter uma discussão mais sistemática, a gente faz a... Eu participei de um congresso uma vez da Liga Operária, foi em Itanhaém, onde a gente discutiu a questão do negro. Uma coisa que marcou também, que as discussões com esses setores, nós tiramos uma discussão, e apesar da discussão ser feita, eu senti que aquilo não entrou de uma forma sistemática, como a ação daquele grupo. Então isso já começou a me deixar meio cabreiro. Então, isso fez com que inclusive depois, em outro momento eu me desligasse. Eu, o Rafael, que era um companheiro do dia-a-dia, fundador do movimento... Eu, Rafael, mais uma turma, Vanderlei José Maria, Adãozinho, Neuza Maria Pereira, Hamilton Cardoso, um time de primeira linha. Antônio Leite, Eduardo de Oliveira, que agora é desse CNAB.

R.S. – Verena, posso fazer uma pergunta para talvez facilitar essa coisa?

V.A. – Claro.

R.S. – Deixa eu perguntar uma coisa para você, Milton, isso eu nunca perguntei. Antes da Liga Operária, você, na verdade, já vem para a Liga Operária com o intuito de discutir a questão do negro. Isso tem a ver, claro, naquele momento a questão do trabalhador era muito forte, mas isso tem muito a ver com leitura sobre Malcolm X, Martin Luther King e Pantera Negras? Isso tudo vem dar na Liga Operária você reivindicar a questão do negro, ou não? Eu estou entendendo o que você está falando, e a gente conversa muito. Eu sou militante muito recente, tem oito anos que eu sou militante do movimento negro. A gente conversa muito sobre isso, e eu nunca perguntei isso do jeito que ela está falando. Então, você chegou na Liga Operária militando enquanto trabalhador para organizar o trabalhador, mas já com um olhar sobre a questão negra, não é?

M.B. – Sim. Com certeza.

R.S. – Mas então. Mas você vem fazer isso na Liga Operária por conta de algumas leituras, ou do quê brotou isso? Porque você chegou na Liga Operária e como a questão racial não era uma questão central nesse congresso, você disse: “Não. Alguma coisa está errada.” Isso vai continuar sendo perfumaria, como a gente detecta hoje. Em alguns lugares é mais ou menos assim. “Então eu tenho que fazer alguma coisa.” De onde brotou isso? De algumas leituras, foi na verdade da consciência que você já tinha do tempo que veio da dona Toca, depois na ação na Vai-Vai?

M.B. – Na realidade isso é um conjunto de coisas. Por exemplo: no Vai-Vai... o samba naquele período, mais ou menos nesse período aí, ele era meio que disputado, havia setores de esquerda interferindo, havia de direita também, por exemplo, falavam em um tal de coronel Castro, que cuidava dessa área de samba, cuidava desse negócio de candomblé. Então havia uma disputa, uma disputa política. E a gente começou a ter contato com alguns brancos, alguns negros que eram de esquerda, e havia uma disputa política. Mas quando a gente entra na universidade, talvez essa coisa comece a se delinear mais, porque aí tem essa discussão com caras ligados à Liga Operária, a gente monta uma celulazinha, aí tinha discussão sistemática. Mas a nossa célula era de negros. Tinha negros que não eram de movimento negro, um que não era de movimento negro e os outros eram de movimento negro. Aí teve um congresso e eles me tiraram para ir representar. E é um negócio interessante, porque tem um nego-velho o Odacir de Matos, ele já era nego-velho, ele não acreditava em nada daquilo, mas acho que ele pensou: “Eu não vou deixar esses neguinhos entrarem sozinhos.” Ele entrou junto com a gente na Liga operária. Aí nós exigimos uma direção regional para o Odacir de matos, que era a pessoa que nós confiávamos, mas os caras enrolaram e não deram. Então era um negócio assim meio barra. A gente tinha uma assistência política nessa Liga Operária, mas vinha um branco de movimento estudantil conversar com a gente. Em um primeiro momento era um puta quadro, um quadro dirigente principal, que dava assistência para nós. Mas depois começou a vir um estudante, um branco estudante. Aí a gente começou a ficar meio revoltado.[riso] E eu ficava doido quando eu pagava minha cotização, eu trabalhava no Metrô, aí depois não, mais para frente eu não estava trabalhando no Metrô. Aí quando eu

pegava uma parte do meu salário e dava na mão lá do cara, eu ficava revoltado: “Porra, eu estou sustentando esse troço aí...” Eu ficava meio cabreiro, “esse boyzinho” eu pensava. Era um cara até legal, gente fina, batalhador, mas nós com uma puta experiência de vida, sendo assistido... Acho que eles ficavam também meio que resistindo, com nós, do movimento negro. Na realidade eles queriam a nossa discussão, o nosso conteúdo, mas não queriam nos inserir de fato no negócio. E a gente sentiu isso e depois nós rompemos. Mas teve um papel importante essa discussão com a Liga Operária, que com certeza foi importante para o surgimento de uma nova fase do movimento, as coisas que a gente estudou, discutiu, e tudo mais. Aprender sobre o programa de transição de Trotsky, lei de desenvolvimento desigual e combinado. A gente leu muito sobre a questão internacional, sobre a questão da África do Sul, e a gente teve muitas descobertas. O Frantz Fanon, o *Pele negra, máscaras brancas*, *Condenados da Terra*.

V.A. – Isso tudo nessa Liga Operária?

M.B. – Mais ou menos no mesmo período. Isso estimulou já coisas que a gente estava descobrindo. Isso deu um ritmo maior. Havia muitos cursos. Na época da ditadura militar se estudava muito mais, se exigia muito mais: “Você tem que enfrentar uma barra pesada, tem que ficar aí escondido e evitar...” Uma coisa que a gente sentiu, por exemplo, é que a polícia não queria nos prender enquanto militantes do movimento negro. Eles queriam nos desmoralizar, por exemplo: a gente tinha alguma pendenga na escola de samba, por exemplo. E era muito rolo. Para você montar uma ala, você tem que levantar grana, comprar pano, costurar, você tem que botar caras para irem cuidando. Então, às vezes surgia rolo, assim tipo: a costureira pegou dinheiro e acabou não fazendo a fantasia. Um dia tinha um carro de polícia parado, e um amigo meu virou: “Meu irmão o que houve?” Eu bati o olho e percebi que os caras queriam nos prender assim, como ladrão, estelionatário, entendeu? Uma vez eu estava no Vai-Vai, e veio uma mulher branca muito bonita, atraente mesmo a mulher. Aí veio de onda comigo, e a gente acabou indo para o motel. E ela me pediu cocaína, e eu não tinha. Imediatamente essa mulher entrou em uma friidez impressionante. E aquilo, eu percebi que era uma armação. Com certeza iam querer me pegar com drogas. Então, a gente percebia que a polícia... Havia uma preocupação de não nos reprimir pelo fato de estar fazendo movimento negro, mas queriam nos colocar em alguma situação. Muitas provocações em bar, a gente

percebia que havia alguma armação. Não sei se queriam matar a gente, o que era. A gente desmontava o negócio. Era impressionante.

V.A. – Mas por que? Por causa da sua atuação na escola de samba, por que?

M.B. – No movimento negro.

V.A. – Mas aí a polícia não dizia que era...

M.B. – A gente intervinha na escola de samba, no movimento estudantil, eu fui ativista sindical nos metroviários... Então havia várias frentes de trabalho, e não havia só eu também. Era um grupo muito grande.

V.A. – Esse episódio da moça foi depois da sua atuação nos metroviários?

M.B. – Sim. Isso foi bem depois. Mas foi um negócio que eu fiquei impressionado porque eu percebi, falei: “Era uma armação.” Você percebe, mas depois. Se eu tivesse, eu tinha dançado...

[FINAL DA FITA 1-B]

V.A. – O senhor estava explicando que na verdade isso era em pleno Regime Militar e os militares ou as forças de repressão, estavam de olho em vocês do movimento negro, mas não queriam pegar você como militantes do movimento negro, porque isso seria político...

M.B. – Com certeza ia mexer com... Ia aguçar mais a participação da população negra no negócio, com certeza. Então eles queriam alguma forma de entretar a gente...

R.S. – Desmoralização.

M.B. – A gente acha até, que possivelmente iam tentar algum atentado. Às vezes surgiam ameaças de briga em bar que a gente desmontava assim, a gente ficava esperto. E muita gente

já dançou nisso, política: arma uma briguinha e já era. Então a gente conseguiu em muitos momentos desmontar algumas coisas estranhas.

V.A. – Então, já que a gente está falando nesse assunto, vamos falar um pouco sobre o enfrentamento que houve lá nas escadarias do Teatro Municipal, que parece que houve. A polícia ficou de um lado, como é que foi, em 1978?

M.B. – Em 1978 nós fizemos uma reunião no dia 18 de junho e criamos um movimento, depois eu mandar um xerox para vocês.

V.A. – Essa reunião foi aqui em São Paulo?

M.B. – Foi em São Paulo, no Centro de Cultura e Arte Negra. E participaram várias entidades, o Cegan, que a gente fazia parte; tinha um grupo Brasil Jovem, que era um pessoal da Casa Verde; tinha lá um Centro de Estudos Afro-Brasileiros, que eram os irmão Prudente e o Clóvis Moura; veio o filho do Adalberto Camargo, que era deputado federal, representando a Câmara de Comércio Afro-Brasileiro; o Núcleo Socialista Afro-Latino-América, tipo o Núcleo Negro Socialista, é o Afro-Latino-América, que era, no surgimento do MNU, nós não estávamos mais na Liga Operária, nem Convergência Socialista, nem nada disso. Nós já tínhamos saído. Mas havia um grupo que participava do movimento negro, que junto com a gente criou o Movimento Negro Unificado.

V.A. – Então essa reunião de 18 de junho, qual foi o propósito dela? As pessoas já foram para a reunião para criar o movimento, ou como foi?

M.B. – Isso. Havia...

V.A. – Como é que foi a articulação para chamar todo mundo?

M.B. – Aconteceu que um rapaz, primo do Rafael, o Robson Silveira da luz, trabalhador, pai de família. Ele foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. E ele foi preso no 44º distrito policial de Guaianazes, e foi torturado, vindo a falecer em consequência das

torturas. Isso revoltou a população negra. Andou saindo no jornal *Folha de São Paulo*. E aí, logo em seguida, teve a discriminação de quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê. Também nos deixou enraivecido. Havia o João Bolquian, um dos técnicos lá, que denunciou. Nós fizemos reuniões e resolvemos fazer uma grande manifestação. E a gente discutia que não havia um movimento para aglutinar essas várias entidades. Então, nessa reunião, a gente justamente discutiu a criação de um Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Tinha um menino, o Sebastian, um jovem atleta negro, o Hamilton Cardoso, um jornalista, então a gente fez uma mobilização, convidamos várias entidades e fizemos essa reunião no dia 18 de junho. Nessa reunião discutimos a criação do movimento e o lançamento público no dia 7 de julho.

V.A. – Por que foi escolhido o dia 7 de julho? Por algum motivo especial?

M.B. – Foi escolhido o 7 de julho porque era mais ou menos o tempo que daria para a gente preparar a manifestação. Era 18 de junho, dava lá umas três semanas, tempo suficiente para rodar material, fazer contato com a imprensa, com a Igreja, setores de Direitos Humanos, contatos internacionais... Tinha uma menina que participou com a gente, uma judia, a Mirna Gritz, tinha o Barrinhos, que era o namorado dela, e eles nos ajudaram a fazer contatos com a imprensa e internacionais. Nesse período nós fazíamos reuniões, elaboramos a carta para distribuir, basicamente fomos eu e Hamilton que escrevemos aquela carta, em discussão com o grupo todo. Naquela discussão tinha Neuza Maria Pereira, Hamilton Cardoso, Osvaldo Rafael Pinto Filho, Antônio Leite, Eduardo de Oliveira, O Júnior filho do Adalberto Camargo, Vanderlei José Maria, o Adãozinho, que era trabalhador do Correio. Então tinha uma quantidade grande de pessoas.

V.A. – O Adãozinho, o senhor não sabe o sobrenome dele?

M.B. – Não sei te dizer, José Adão o nome dele, não é? Eu devo ter aí o nome. Depois eu posso dar uma olhada. Então nós fazíamos reuniões quase que diárias para organizar essa atividade. E inclusive nós tivemos que usar de esperteza. Havia setores um pouco mais conservadores, meio querendo pular fora, porque exigiram que a gente fosse entregar uma carta para o secretário de Segurança. E a gente percebeu nesse dia que a gente tinha que

manter aquele setor, a gente percebeu que a gente tinha que entregar essa carta lá para o secretário de segurança, e elaboramos uma carta meio besta, dizendo que a gente ia fazer uma manifestação, para evitar que forças alienígenas... Um tema esquisito... Que desviasse o caminho da nossa juventude. [riso] E foi entregue para o secretário de segurança, que naquele momento eu acho que era o Erasmo Dias. Eu dei uma sorte, que no dia a gente tinha uma reunião com o Boris Casói na *Folha de São Paulo* e eu fui convocado para ir para essa reunião. Então não tive que ir lá pagar o mico de entregar uma cartinha para o Erasmo Dias. [riso] Então fui na reunião lá com o Boris Casói, que nós estávamos discutindo o apoio, de estar saindo na *Folha de São Paulo*. Eles quiseram conversar com a gente. E fizeram uma comitiva lá, acho que o Eduardo de Oliveira, Antônio Leite e foram entregar para o secretário. E foi bom isso porque nesse contato eles, acho que em função daquela cartinha, liberaram a praça. Não montaram esquema de repressão. E nós distribuimos carta a população convocando e no dia nós fomos lá. Nos encontramos na galeria Nova Barão e saímos lá meio que abraçado um no outro, morrendo de medo. Eu mesmo tinha ido no banheiro toda hora no meu trampo, nessa época eu ainda trabalhava no Metrô. Assim, susto mesmo. Teve gente que falou que foi no banheiro toda hora mesmo, um troço doido. Estávamos assustados e aí nós caminhamos: “Vamos nessa!” Nos inspiramos em todo mundo, Martin Luther King, todo mundo e “vamos que vamos.” E caminhamos para as escadarias do Teatro Municipal. E ocupamos espaço, colocamos faixa lá. Tivemos presença também do Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, veio o Amauri e Yedo, estavam aí, pessoas de cidades do interior, recebemos cartas da Bahia. Recebemos um documento dos presos da Casa de Detenção, que nós fazíamos um trabalho dentro da Casa de Detenção. Colocávamos livros, alguns advogados para ajudarem os presos lá dentro, cópias de processos, e eles faziam discussão sobre o negro lá. E eles mandaram um documento, eles faziam parte do movimento que estava surgindo. E foi um ato muito bonito. A gente percebeu, que imediatamente quando nós ocupamos a praça, que a polícia se arrependeu de ter deixado. Mas aí já era tarde.

V.A. – Como é que perceberam isso?

M.B. – Pela forma, as coisas que eles falavam, ficavam xingando, ameaçando... Foi um negócio barra pesada, não foi mole não. Época de Ditadura Militar. Agora, nós nos

articulamos muito bem com a Igreja, com a imprensa toda, a mesma grande imprensa que estava contra a Ditadura Militar, queria derrotar o regime, então eles abriram espaço para nós. Então nós trabalhamos com todas essas contradições. A articulação internacional foi muito bem-feita. Teve gente, amigos nossos que vieram da Guiné-Bissau, da Argentina, dos Estados Unidos, que vibraram quando viram as nossas fotos, a manifestação. Foi uma coisa que, internacionalmente, correu o mundo. Foi muito bem feita, muito bonita. E foi uma grande vitória. E havia uma piada que eles diziam, que havia 20.000 pessoas em torno para ver 2.000 pessoas apanharem. Então foi feito com muita discussão, com muito rigor, a gente analisou cada passo. Por exemplo: o Vanderlei José Maria propôs que eu fosse o presidente do ato. Ato público não tem presidente. Mas como era um negócio muito barra pesada, que haveria... Tinha que ter um controle das ações, então eu fui eleito para ser o presidente. E que deveria haver apenas um comando. E de fato funcionou, porque a polícia provocou para caramba, mas o pessoal segurou a barra porque ninguém foi para porrada, ninguém aceitou as provocações. E foi um ato vitorioso que estourou no Brasil inteiro e no mundo inteiro. Quando nós ocupamos a praça, não tinha mais como eles reprimirem porque o Brasil vendia a imagem de país não-racista. Estava comprando petróleo na Nigéria, em Angola, foi o primeiro país a reconhecer a libertação dos países africanos, em especial, Angola, foi o Brasil. Então eles ficaram de mão amarrada, só que aí, já era. Quando nós pisamos lá no Teatro Municipal, tínhamos conquistado uma vitória importante.

E foi interessante também, porque foi a primeira manifestação, o primeiro ato público no centro de uma grande cidade no Brasil, naquele período. Havia greves em São Bernardo, houve manifestação lá no Largo dos Pinheiros, dos estudantes, mas nós fizemos a primeira no Centro da cidade de São Paulo. Em 1978. Foi um negócio... Que foi feita e não foi reprimida. Em 1976 eles reprimiram, jogaram bombas em tudo quanto é canto. Aquela nossa não, foi feita e foi vitoriosa. Eles tiveram que engolir.

V.A. – Em 1976 houve outra de...

M.B. – De estudantes, não era de movimento negro, era estudantil.

R.S. – A primeira manifestação contra o Regime Militar foi em 76, saindo da faculdade de Medicina, que é um bairro do Centro expandido. E desceu a rua da Consolação toda, subiu e

foi para a faculdade de Direito. Quando a gente chegou na Faculdade de Direito, era polícia para tudo que era lado. Não sei se vocês conhecem, se é do tempo de vocês, mas tinha um carro chamado Brucutu, que era quase um tanque de guerra. E eles puseram a mangueira e eu fiquei queimada de água, porque eu estava de minissaia. E o que a gente pensou foi o seguinte, quando a gente viu aquela mangueira com aquela boca de água: “Vamos sentar no chão porque essa mangueira vai nos arrastar.” Eu não era tão gorda assim. E o volume de água era tão grande, que a gente ficou todo queimado com o jato de água. Era uma coisa absurda. Mas essa foi violentamente reprimida. E essa era a época que começava a surgir aquele segundo momento de resistência da ditadura. Foi logo depois da morte do Herzog. Em 75, 76, os estudantes fazem isso e a fundação do MNU, mas teve esse ato mesmo. Porque 78 é quando o movimento sindical começa a se organizar, se reorganizar. Acho que a primeira manifestação não-reprimida é essa mesmo.

V.A. – Aí foi um ato público. Quem falou no ato? O senhor como presidente do ato teve uma fala?

M.B. – As entidades todas falaram. Eu falei como militante... Eu nem lembro. Eu estava presidindo o ato então eu falei. Teve o senhor Eduardo de Oliveira, que leu a carta manifesto que a gente fez. Distribuimos 5.000 cartas. Foi interessante quando nós falamos que ele que ia ler a carta, ele falou: “Muito obrigado pela honra que vocês estão me concedendo.” Eduardo de Oliveira era um nego-velho do momento nosso lá. Foi muito legal, muito interessante.

V.A. – Nós já ouvimos falar também, que esse pedido de autorização na polícia com o coronel Erasmo Dias não teria sido dado expressamente assim. Teria dito: “Não precisa...” Foi alguma coisa assim?

M.B. – Não precisa o quê? Foi feita uma carta que foi entregue para ele. Não pedindo autorização, mas dizendo que nós íamos fazer. A gente não pedia autorização, mas a gente dizia que ia fazer.

V.A. – Sim. Eu digo lá. Que lá a própria polícia não tomou a atitude de permitir abertamente.

M.B. – Não. Eles não permitiram. Eles receberam a carta só...

V.A. – E pronto.

M.B. – E pronto. Não falaram nem sim nem não. Mas só que se eles não fossem permitir, eles tinham ocupado a praça. Eles permitiram. Quando nós ocupamos a praça, já era. Porque aí, se reprimissem, ia ficar claro que eram racistas mesmo, porque o mundo inteiro estava antenado. Saiu na *Folha*, *Estadão*, saiu em tudo quanto é lugar, nas rádios, televisão...

R.S. – e acho que é legal para... Vocês conhecem onde é ali o Teatro Municipal de São Paulo?

V.A. – Não.

R.S. – O Teatro Municipal é bem próximo do marco zero. Da praça da Sé, depois a praça Ramos, alguma coisa bem próxima. E na época, em 1978, era um dos cruzamentos mais movimentados de São Paulo. Tinha o histórico Mappin na frente. Então o Mappin é de frente para o Teatro Municipal. E era o cruzamento onde mais circulava gente no Brasil.

M.B. – E os negros ficavam em pé lá naquela região. Era um lugar de lazer.

R.S. – Era um lugar de footing. Vocês sabem o que é footing? [riso] O pessoal do interior fazendo. Era um lugar de footing dos negros. Eles ficavam ali até se exibindo mesmo. Exibindo a pessoa. Se vestiam muito bem, passeavam ali, paqueravam, conversavam.

M.B. – Era uma espécie de carreira. Por exemplo, quando eu comecei a curtir, aquela minha idade que eu falei que ia para a curtição, começamos a ir para cidade, eu e meus amigos. A gente chegava lá, tinha uns caras mais antigos, estavam nas rodas conversando. A gente começava a falar, eles vinham com o cotovelo aqui e nos jogava para trás, e eles que falavam. [riso] Aí depois nós aprendemos, aí nós que fazíamos isso nos outros. Chegava lá tirava os caras e a gente que ficava contando as vantagens. É um tipo de carreira mesmo, de você ir se

destacando. Festa, a gente ia muito em festa. Aí a gente descobria... A gente ficava conhecido e conhecia muita gente. Chegava nos lugares, tinha festa, a gente ia para a cozinha, abraçava as tias, nós já éramos muito conhecidos. Era uma espécie de carreira essa coisa. Então a negrada ficava em pé lá.

V.A. – No Mappin?

M.B. – É. Era um lugar onde eles conversavam, distribuíaam as programações dos bailes. Antes do MNU, havia um pessoal que fazia os bailes de Soul, Funk... Distribuíaam circulares, convitinhos. No Rio chamavam de mosquitinhos. Era o pente afro, era alguma coisa que tinha a ver com o negro, era um negócio que começava a ser meio engajado, de conscientização. Aquela festa, aqueles bailes funk da negrada, o soul... Antes do MNU era distribuído lá o *Árvore das palavras*. Que era um jornal dos nossos grupos, onde a gente buscava... A gente se inspirou naqueles, no Bondinho, no EX, lembra? São as experiências de Angola e Moçambique. Então a gente tentava fazer discussão política, mas usar uma linguagem simples, coloquial. E a negrada recebia muito bem. Tinham pessoas que ficavam em pé esperando esse jornal lá. Então, antes houve uma preparação para aquele ato. Lá era um espaço do movimento negro. E aí nós ocupamos lá a praça Ramos e nos demos bem.

R.S. – Mais do que um espaço do movimento negro, ali era um espaço do negro.

M.B. – Sim. Um espaço do negro na verdade. O movimento negro...

V.A. – O senhor trabalhou nesse *Árvore das palavras*, o senhor fazia também esse jornal?

M.B. – É. Eu também escrevi no *Árvore das palavras*. Eu... Quem cuidava mais disso era o **[incompreensível]**. Mas todos nós escrevíamos, eu, Rafael, Neuza Poli. Eu tenho aí um jornal que as mulheres escreveram. Nós éramos muito machistas, nós chegamos a meio que segurar o jornal, mas elas distribuíaam. Na realidade é um jornal que deu a linha básica para luta da mulher negra. Muito interessante, você viu o jornal, não é? Nós éramos machistas, tentamos segurar. [riso] Eu faço essa *mea culpa*. Então o *Árvore das palavras*, ele tinha um efeito muito interessante porque, eu participei de reuniões estudantis que eu entreguei o

jornal, e os cara nem... Agora, aquele jornal na mão do negro no Mappin, parece que queimava a mão. Os caras viam com muito cuidado, distribuía. Esse jornal era passado de mão em mão. Então havia gente que ficava lá esperando.

R.S. – Na verdade era um jornal amador. Um jornal feito como se fazia nos movimentos...

M.B. – Um jornal panfletário mesmo, que chamava para a luta e que mexeu... Por exemplo, o funk, ele rolava aqui nesses movimentos, ele ganhou uma força muito grande no Rio de Janeiro, surgiu a Furacão 2000... A Globo matou o funk. Ela fez um processo pesado e acabou... Recuperou agora, esse funk vagabundo, com palavras de baixo calão, um negócio comercial, alienado, erotizado... Mas está o rap aí, que apesar de todos os ataques, o rap é um negócio engajado. Você vê setores lá que fazem um trabalho muito sério. Os Racionais MC's. Eles participam das nossas campanhas *Mano não morra não mate*, às vezes fazem shows de graça para dar uma força para o movimento. É uma coisa engajada. É um puta grupo. Para mim os dois melhores grupos que existem, musicais no Brasil são Os Racionais e O Rappa. O Rappa ainda não fez nenhuma atividade para nós, não é?

R.S. – A gente também ainda não conversou com eles. [riso].

M.B. – Não conversamos com eles. Mas Os Racionais, os caras são muito bons, são engajados.

V.A. – Aí, em seguida, depois desse ato nas escadarias do Teatro Municipal, houve a fundação do MNU. Aquela reunião de 18 de junho, ainda não havia sido fundado o movimento. Foi uma reunião preparatória para...

M.B. – Foi fundado no dia 18 de junho e foi lançado publicamente no 7 de julho. O 7 de julho se transformou no dia nacional de luta contra o racismo. Nós fizemos uma ação no 13 de maio, porque havia os negros do Rosário... Tinha a Irmandade do Rosário, um pessoal muito legal, mas havia uns negões meio espertalhões da ARENA, MDB, que levavam os brancos lá, todos engravatados e faziam uma onda lá na Mãe Preta.

V.A. – No Rosário?

M.B. – No Rosário. A grande verdade é que, antes disso, eu e um amigo meu lá do Bexiga, nós fizemos um ato terrorista lá no Rosário. Nós pegamos um *spray* branco, fomos lá de madrugada e jogamos na cara da Mãe Preta, no dia 13 de maio, do dia 12 para o 13. Aí a minha irmã, que era da Irmandade do Rosário, estava contando o desespero da negrada lá para tirar a tinta branca da cara da Mãe Preta, porque tinha essa onda que eles faziam no 13 de maio. Nós éramos contra, porque na abolição da escravatura eles faziam aquela onda de que a princesa Isabel foi boazinha, o negócio da integração do negro. Aí eles faziam lá aquela onda, aí iam lá os caras do MDB e da ARENA tudo engravatado, e faziam aquela festa lá nas costas da negrada. Então nós pegamos aquilo lá como símbolo. Aí nós fomos lá um dia fazer nossa manifestação para romper com aquilo, colocando no documento que a data do negro era o dia nacional da consciência negra. Porque o 20 de novembro já no Sul, o pessoal já vinha discutindo que devia ser a data do negro e o MNU abraçou isso, chamando o 20 de novembro de dia nacional da consciência negra. Aí nós fomos lá no ato do 13 de maio da negrada lá do largo Paissandu. E naquela época tinha o Ivo Penteado, que era um senhor que dava baile, fazia a tal da bonequinha do café, que era um concurso de miss. E chegamos lá para romper com aquilo. E nós queríamos falar. Nós tínhamos uma carta e a gente queria que o Hamilton Cardoso lesse o documento, porque o Hamilton tinha uma voz bonita para caramba, fazia teatro... E ele não aceitou. Aí foi todo mundo com faixas, nós fomos indo para cima dele e gritando: “Fala! Fala!” Aí ele se viu no maior apuro, e ele suava muito, porque estragou a festa que eles faziam com os brancos lá. Aí, com a pressão, ele foi obrigado a dar espaço para o Hamilton Cardoso ler a carta. Mas aí ele não deixou, ele falou: “Eu leio.” Aí ele leu. Como ele estava muito nervoso e também não devia ser muito bom de leitura, então ele leu bem pausadamente. Então ficou muito melhor ele lendo. Meu amigo Barrinhos falou que foi um momento feliniano. [riso] Ele suava muito e lia ainda aquela carta. Foi muito interessante...

Aí a gente rompeu, aí parou de ficar com aquelas festas, porque aí ninguém teve peito de fazer festinha lá no Largo Paissandu para o 13 de maio.

V.A. – No Largo Paissandu tem a igreja do Rosário, é isso?

M.B. – Da Irmandade do Rosário.

V.A. – Esse foi o 13 de maio de 1978, do mesmo ano?

M.B. – Não. Eu acho que esse já era de 1979.

V.A. – Do ano seguinte, então.

M.B. – Ano seguinte. Nós tivemos uma assembléia nacional na Bahia. Antes tivemos uma assembléia em setembro no Rio de Janeiro, que aí nós aprovamos o programa de ação, o estatuto e a carta de princípios do MNU. Que é esse programinha que ela fala, o mínimo e depois, em novembro na Bahia, nós fizemos uma assembléia nacional, onde definimos o dia nacional da consciência negra. Tiramos um documento e tudo. Então sempre teve várias etapas. E aí o movimento se esparramou pelo Brasil todo, quase todos os Estados, praticamente.

V.A. – Depois de 7 de julho, dia 8 de julho teve uma reunião aqui ainda para fazer avaliação?

M.B. – Isso. Fizemos uma reunião de avaliação sobre a ação e formamos uma comissão, justamente interestadual, para organizar essa assembléia que houve no Rio de Janeiro.

A.P. – E qual era essa comissão?

M.B. – Essa comissão, ficou o Hamilton Cardoso, acho que o Yedo Ferreira, entrou a Maria Inês Barbosa, pelo Centro de Cultura e Arte Negra, agora, os outros eu não me lembro. Gravei esses três...

R.S. – Não tinha nenhuma das Neusas? A Lélia nesse momento ainda não estava no MNU?

M.B. – Já estava. A Lélia é capaz de ter participado dessa comissão. Não lembro se o Abdias do Nascimento participou também.

R.S. – Você não estava nessa comissão?

M.B. – Não entrei porque começou uma disputazinha interna dentro do Cecan, eu falei: “Vai ficar um negócio truncado aqui nessa assembléia.” Aí eu deixei com a Maria Inês.

R.S. – A Maria Inês nesse momento era do Cecan.

M.B. – Isso. Era do Cecan. Aí depois fomos para a assembléia lá e formamos a primeira executiva lá. A primeira executiva? Acho que sim. Eram três por Estado, essas coisas.

A.P. – Você estava nessa reunião de setembro no IPCN?

M.B. – Estava.

A.P. – E como é que foi essa reunião?

M.B. – Foi interessante. Ela durou trinta e seis horas. Foi puxada, chegou uma hora que nós falamos: “Espera aí! Está todo mundo dormindo.” Aí tivemos que dar um tempo e acordar as pessoas. Aí já devia ter pouca gente, umas trinta, quarenta pessoas. Foi puxada. Começou com umas duzentas, trezentas pessoas.

V.A. – Quais eram as maiores questões que causavam esses debates e o prolongamento da reunião?

M.B. – Na realidade aí era a questão do programa de ação, quais eram as bandeiras; a questão do estatuto, como é que ia ser organizada a entidade; e a carta de princípio.

V.A. – E havia divergências para durar trinta e seis horas?

M.B. – Havia.

V.A. – Quais eram as principais divergências?

M.B. – Havia divergência de concepções. O próprio Yedo Ferreira, o pessoal do Sinba, saiu do MNU nessa assembleia.

R.S. – Lá em setembro?

M.B. – Lá em setembro.

V.A. – Saíram por que?

M.B. – Disseram que não concordavam com o que estava sendo aprovado, aquelas coisas que você já conhece de assembleia. Sempre dá as divergências sobre a metodologia, sobre as concepções... Isso acontece muito. Aí depois de lá nós fomos para a Bahia.

R.S. – O pessoal do Sinba se desliga do MNU em setembro de 1978?

M.B. – É. Quase sai porrada: “Segura...” [riso]

R.S. – Também não era só divergência, tinha coisa que era muito o exercício do fazer. Tudo era muito novo do ponto de vista da concepção política, não é?

M.B. – É. Normalmente é divergência. Tem um monte de coisas. Por exemplo: eu particularmente, tenho a divergência de concepções, tem às vezes a questão do personalismo. Como o negro é muito massacrado, às vezes se coloca muito o ego nessas discussões. O próprio sistema usa muito isso para jogar um contra o outro. Fizeram isso com a luta dos negros nos Estados Unidos, com os Panteras Negras eles fizeram isso. Tentaram fazer isso, e fizeram também, com o movimento negro no Brasil, com o movimento negro unificado... Essa coisa faz parte. Tem uma coisa que eu coloco, que é a questão do colonialismo. No colonialismo o negro tem...

[FINAL DA FITA 2-A]

R.S. – O problema do Milton é a questão da superestima. [risos] Estou aproveitando para fazer uma brincadeirinha... [risos]

M.B. – A questão do colonialismo que eu falo, é que os negros, normalmente, eles estão envolvidos nas várias concepções da sociedade, com os núcleos que eles são formados. E um negócio muito sério é que o negro não se respeita, não respeita outro, não se sente representado no outro. Então é um negócio muito sério e o sistema trabalha com isso. E não só o sistema, nossos adversários políticos também. Normalmente os grupos dos mais variados interesses querem se aproveitar da luta do negro, querem usar... Então é um processo muito complicado. Principalmente no Brasil. A diferença com os Estados Unidos, com o processo da África do Sul, nós dizemos por exemplo, que o negro nos Estados Unidos tem uma arma apontada para sua cabeça, o negro no Brasil tem uma arma apontada para as suas costas, então ele não vê todo esse processo, “porque aqui nós não temos racismo, não está em Lei...” A forma que foi desenvolvida aqui no Brasil é muito sofisticada. E acaba sendo muito mais difícil de você perceber e de combater. Por exemplo: o Gilberto Freire, que para nós é o ideólogo da democracia racial brasileira, que falava dessa coisa da meta-raça, que o negro ia se miscigenar e não ia existir nem negro nem branco... E na realidade isso não aconteceu. Mas ele é o ideólogo dessa coisa da miscigenação. A miscigenação para nós é uma espécie de genocídio do negro porque o ideal do negro é de fugir desse fato de ser negro. Quando se cruza, aí o negro quer deixar de ser negro. O branco é considerado padrão de beleza, aquele que tem o dinheiro, que é o inteligente... Então, tudo isso interfere na relação. Normalmente a relação entre negros e brancos, em sua maioria, são relações doentias. Não é uma relação de igualdade, então isso mexe muito com os casais inter-raciais. Nós não somos contra que haja casamento entre brancos e negros, mas nós não aceitamos a forma que é feita a miscigenação, o negro como um cidadão de segunda categoria, que tem que absorver as coisas do outro. E isso é uma forma de genocídio. Assim como existem doenças que matam, ações de grupos de extermínio, a fome, o desemprego, essa é uma ação também que nos ataca: a miscigenação. Então o movimento negro enfrenta isso. Você tem várias formas de lidar com isso: você tem setores que não querem saber de papo com o branco; você tem aqueles que em alguns lugares falam: “O negro ou a negra casado com branco não participa do movimento.” Eu, particularmente, acho isso bobagem porque é o que eu falo: “Banho de negritude o cara toma no movimento.” Então não tem sentido você proibir as pessoas de participarem em função de

relações pessoais. Tem setores que jogam pesado com isso. E essa coisa da miscigenação é muito séria. Eu digo o Gilberto Freire não era um filho da puta, um cara sacana. Ele adorava a cultura negra, a cultura africana. Só que ele desenvolveu uma ideologia que nos ferra, isso é usado pelo sistema. Querem vender aquela imagem de que o português era bonzinho, e não é verdade. Era extremamente perverso. Todos os que escravizaram, que colonizaram, sempre foram muito perversos. A gente tem aqui um livro do Adam Hochschild, *Fantasma do Rei Leopoldo*. Os belgas no Congo, eles massacram, em cem anos eles matam vinte milhões de pessoas. No primeiro momento a questão é o marfim, que eles matam os elefante para produzir faqueiros, pianos... O segundo momento é a borracha, as seringueiras. E os negros, eles pegam aqueles grupos e atacam, aprisionam, fazem trabalhar... Desenvolvem um processo extremamente perverso e complexo. Põem as mães para trabalhar, açoitam, matam, decepam. Pegam as crianças e jogam no mato e deixam, e vão embora. O negócio é muito perverso, muito desumano. E dominação é isso. Chegaram ao ponto, por exemplo, de criar lá uma força pública, que eles pegavam os garotos e davam formação para eles serem policiais, assim como criavam centros para estudar marcenaria, eletricitista... Tudo a serviço a serviço do colonialismo, da dominação. Então o Movimento Negro Unificado... Nós discutimos todas essas coisas. Quando nós montamos uma proposta, fazemos uma ação, nós colocamos em questionamento essas coisas. Não adianta o cara ir para a universidade para se embranquecer, para reproduzir tudo que é feito em termos de dominação, de exploração, de sacanagem sobre o negro, sobre o pobre. Tem que se construir um outro processo. Isso que está inserido na nossa luta. Uma outra coisa que eu acho importante é que, por exemplo, quando nós criamos o Movimento Negro Unificado, o negro era reserva de mão de obra no mercado de trabalho. Ou seja, aquela função que o branco não queria exercer em função do salário, ou porque não lhe dava status, um monte de questões, colocava o negro. Hoje é um outro momento em termos conjunturais, ou estrutural mesmo. Com o desenvolvimento da tecnologia, com a informatização, com a robotização, você tem máquinas que fazem o trabalho para cem, para mil, milhares de pessoas. Então, muita gente está sendo desalojada do processo produtivo, e consequentemente do processo do mercado de consumo. Existem setores reacionários, principalmente nos Estados Unidos, que dizem abertamente: “Há um contingente populacional excedente que tem que ser eliminado.” É. Tem setor que diz isso. E os países desenvolvidos, o que eles fazem? Eles fazem isso, só que com outra linguagem, com outros projetos. Chamam de controle de natalidade, desregulamentação do trabalho, enxugamento

da máquina do Estado, são tudo coisas que dizimam a população em grande quantidade. Não são só os negros, está se eliminando populações das mais variadas raças. Mas o negro é uma prioridade. A África por exemplo: o que está se dizimando de negros na África, é um negócio absurdo. Dois terços da aids no mundo está na África. Só que eu estava lendo outro dia um documento, dessa discussão do fórum cultural mundial, que eles diziam o seguinte: que a malária mata muito mais que a aids na África. Sem contar, no Brasil aqui, doenças que estavam sob controle voltaram: tuberculose, cirrose, fome... Então na realidade há um processo de genocídio sendo levado à frente. Então, essa discussão o Movimento Negro Unificado faz e tem como bandeira e coloca isso em termos de discussão, na ordem do dia.

V.A. – E a transformação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial em Movimento Negro Unificado, o senhor pode nos contar por que surgiu em 18 de junho como MUCDR?

M.B. – Acho que foi na assembléia do dia 8, ou foi uma depois. Só sei que o Abdias do Nascimento já veio com a proposta de – acho que foi no dia 8 – colocar a palavra “negro”. Então ficou Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

V.A. – No dia 8 de junho?

M.B. – Com o tempo, o “Contra a Discriminação Racial” ficou como uma palavra de ordem e ficou só Movimento Negro Unificado. Mas a palavra “negro” quem propôs foi o Abdias do Nascimento, a Lélia Gonzalez, e todo mundo aceitou. Isso deu uma mexida em termos de concepção. O Hamilton esperneou muito. [riso] Mas realmente foi o Abdias do Nascimento que propôs essa mudança.

V.A. – Aqui no dia seguinte?

M.B. – Eu não lembro, mas acho que foi no dia 8 já. Foi no dia 8? Às vezes eu misturo um pouco, não lembro se foi logo no dia 8, ou se nós fizemos depois uma reunião aqui...

V.A. – Parece que foi feita uma reunião aqui no dia 23 de julho.

M.B. – Então é acho que é isso. [riso] Acho que é isso aí. Então deve ser nesse dia que entrou a palavra negro, que o Abdias do Nascimento apresentou.

V.A. – E aí depois ficou só o MNU?

M.B. – Depois ficou só o MNU, porque a gente colocava que “Contra a Discriminação Racial” era uma bandeira, uma palavra de ordem...

V.A. – Agora eu vou fazer uma pergunta provocativa: o senhor está aí falando de várias divergências entre as pessoas, até que nessa assembléia de setembro, lá no Rio, já houve pessoas que saíram do MNU. Até que ponto você pode ter um Movimento Negro Unificado? Unificado, você tem a ideia de que você vai unificar as tendências, não é? E isso parece um pouco difícil de ser implantado.

M.B. – É. Você pode unificar enquanto concepção, mas realmente unificar essas tendências todas... [riso]

V.A. – Porque, pelo jeito ele durou de 18 de junho até setembro do mesmo ano, essa ideia de que poderia haver um movimento unificado, não é?

M.B. – A grande verdade é que a gente teve essa fratura, mas para frente a gente percebeu que os negros de direita não iam fazer parte desse projeto. Tem um monte de coisa ao longo desse processo...

V.A. – Porque é difícil, não é?

M.B. – Muito difícil.

R.S. – Mas a princípio foi uma ideia que não termina em setembro.

V.A. – Em setembro foi a primeira divergência, digamos, que um grupo já saiu do MNU.

M.B. – A primeira fratura.

R.S. – Mas que não sai com propósito de oposição ou de apresentar outra proposta. Sai porque não se encontra naquilo.

M.B. – Mas tem por exemplo esse CONEN aí, que na nossa avaliação, foi criada justamente para dar um chega-para-lá no MNU. [riso] Mas nós perseguimos a unidade ainda. Está sendo proposto um congresso nacional do negro, que deve rolar...

V.A. – Onde vai ser?

M.B. – Nós não estamos na nacional. Nós tivemos umas divergências e resolvemos não estar na nacional. E estamos desenvolvendo um processo de reorganização do MNU.

A.P. – Em São Paulo?

M.B. – É. Mas a nacional está discutindo isso, estão negociando. Em São Paulo não, no Brasil inteiro. É possível que o próximo congresso nacional do MNU seja em São Paulo, porque há muito tempo que não tem congresso em São Paulo. A gente acha que se houver, vai ser importante para reconstrução, essas coisas todas. Mas há uma negociação, uma discussão de se fazer um congresso, na realidade já se fala isso há tempos, de se fazer um congresso nacional do negro que abranja todo mundo.

R.S. – Na verdade, a saída da Sinba não é nenhuma outra proposta diversa do MNU. Eu acho que aparece uma proposta no sentido de apresentar uma alternativa à unificação proposta pelo MNU já mais recentemente com a CONEN, não é Milton?

M.B. – Não. Você tem por exemplo o pessoal do PC do B, que saiu e criou a UNEGRO.

V.A. – Como que é isso?

M.B. – A União do Negro pela Igualdade.

R.S. – Mas que é uma proposta diferente do MNU. O MNU tem uma proposta que é de unificação de todo segmento negro, excetuando-se, diante do programa, os negros de direita. O MNU se coloca como um movimento apartidário, a-religioso, mas um movimento de esquerda. Isso está na carta de princípios do MNU. A UNEGRO se coloca na verdade como uma forma de organizar o negro de um setor partidarizado, de organizar aquele setor. Que é diferente da proposta do MNU. Agora, a CONEN não. A CONEN tem a proposta de organizar as diversas entidades negras de forma diversa do MNU, não sendo só uma entidade.

M.B. – De vez em quando vocês gravam o rosto dela, senão vão falar: “Quem é essa mulher?!”

R.S. – Não, imagina! Não tem nem...

M.B. – Não. Agora não, mas depois, quando ela falar, porque ela fala muito bem.

R.S. – Não tem que ter essa preocupação. Essa história, ainda mais a história primeira do MNU, quem tem que contar é você mesmo. [riso]

V.A. – Essa atuação do senhor na Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo, mais tarde se transformou em Sindicato dos Metroviários. O senhor trabalhou no Metrô, como é que o senhor entrou?

M.B. – Trabalhei. Eu era técnico de métodos operacionais, dava treinamento para o pessoal operativo. Trabalhei lá de 1975 a 79. Aí fui demitido pelo Maluf, depois trabalhei em 1984 a 88. No governo Franco Montoro eu voltei. Aí depois, no governo Quéricia eles me demitiram. Teve a greve lá e eles demitiram 357 ativistas sindicais. Eu estava no meio, dancei lá. Eu tenho que falar, faz parte da história. Então eu fui demitido duas vezes lá por estar organizando a categoria.

V.A. – E o senhor, nesse currículo que o senhor mandou para nós, está escrito que dentro da categoria dos metroviários, criaram um núcleo de negros dos metroviários...

M.B. – Criamos um núcleo de negros dos metroviários. Os negros se organizavam e foi criado um núcleo lá que discutia a questão racial, a questão dos negros no Metrô, e essa discussão também foi levada para a CUT, não só pelos metroviários, mas outros setores. O MNU foi fundamental para levar essa discussão para a Central Única dos Trabalhadores. Assim como fomos nós do MNU que levamos essa discussão e organizamos um núcleo, a primeira comissão de negros no PT, uns que estavam no PC do B, levaram para o PC do B, aquela coisa toda. Então, o MNU teve um papel, que era a proposta, de estar organizando o negro onde estivesse, então colocava essa discussão no Brasil como um todo. Por exemplo: outro dia um cara falou: “O movimento negro não é um movimento de massa.” Movimento negro é um movimento de massa só que ele está fragmentado em um monte de concepções, que é isso que eu falo que é fruto do colonialismo, entendeu? Você tem negro em vários grupamentos. Eu falo para os caras: “Não existe nenhum lugar virgem.” Então onde você for fazer intervenção tem lá, na Igreja Católica, Evangélica, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro, você tem no PT, dentro do PT você tem a articulação de esquerda, você tem a DS, trabalho... Então você tem as mais variadas concepções, que eu falo isso, como fruto do colonialismo porque, na realidade, divide o negro. E todas essas organizações têm ações, onde eles tentam levar a frente o programa deles. Eles tentam usar o negro dentro desse programa. Então eu digo que a luta do negro vai mais longe do que um simples programa partidário, tem que construir um novo processo civilizatório. Porque, na verdade, tem que discutir o arianismo que vem desde a Grécia, passou por Roma... É uma discussão que está colocada no mundo aí, Cheikh Anta Diop, um monte de gente está fazendo essa discussão, o próprio Abdias do Nascimento. Então a gente faz essa discussão também. Dentro do MNU inclusive, nós temos uma discussão que nós chamamos de *Raça e Território* e nós, o MNU, que desenvolvemos essa teoria *Raça e Classe*, essa discussão, hoje um setor está discutindo essa questão *Raça e Território* porque a gente acha que só *Raça e Classe* não é suficiente. Você tem que colocar a questão de classe, mas você tem que colocar a questão do território, a questão do poder, a questão da história da humanidade, da presença do negro nessa coisa. Então, nós entendemos que vai sair alguma coisa nova nessa discussão. Como nós inovamos lá na frente com essa coisa de politizar a luta do negro, de introduzir essa teoria

de *Raça e Classe*. Hoje como é um momento de genocídio muito forte, por exemplo: hoje, as indústrias mais rentáveis do mundo: uma é a indústria armamentista e a outra é o narcotráfico, que são indústrias de destruição. Então isso está colocado para a humanidade. Embora a humanidade, como diz o poeta, a humanidade não se coloque questões as quais não saiba responder, por isso que o negro sobreviveu todo esse período, embora sempre houvesse esse processo de genocídio. Essa experiência de vida que, com certeza, vai construir um outro caminho. Nós dizemos que não há outro caminho para a humanidade a não ser esse de conviver com as diferenças raciais e culturais, embora a tendência seja as culturas irem se juntando, mas isso não é feito de foram compartimental. Isso é um processo histórico. E nós fazemos parte disso.

R.S. – Milton.

M.B. – Oi. Olha que bonitinha, passando café. Coitada. Ela detesta café ela está fazendo café. Detesta o cheiro.

R.S. – Para você ver...

M.B. – Eu ia fazer isso benzinho...

A.P. – A participação no PT, você teve participação no diretório regional. Como é que é essa participação?

M.B. – Eu tive uma participação rápida no diretório regional. Foi uma experiência interessante. Eu cuidava da região Centro, fortalecia os movimentos. Foi muito interessante, muito rica, mas também complicada. Tinham muitos grupos enchendo o saco, jogando para atrapalhar, atacando. Hoje eu não estou mais tão inserido assim na máquina partidária. Eu já fiz parte de diretório... Acho até que o movimento negro tinha que ter uma presença maior nos diretórios, nos núcleos, mas não eu em especial, estar participando desse negócio. Mas a experiência foi interessante, trabalhar com a máquina, ter que negociar, ter que construir uma discussão. Foi muito interessante.

V.A. – Já antes, no governo do Franco Montoro, a gente tem aqui o registro que já foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. A gente percebe, isso em 83 até 87, que muito provavelmente como fruto já do movimento negro que começa na década de 1970, já alguns governos estaduais, o Franco Montoro aqui, o Brizola no Rio, vão criando organismos dentro da própria administração do poder público para cuidar... Agora chegou o filho? Agora pode interromper.

[FINAL DA FITA 2-B]¹

V.A. – Eu queria acompanhar aqui o seu currículo. O senhor disse para nós, no seu currículo, presidente de honra da Convenção Nacional do Negro em Brasília, em 1986. Essa Convenção para a gente a novidade, a gente não tinha conhecimento dessa Convenção Nacional do Negro em Brasília, de onde saíram as propostas de criminalização do racismo e da Resolução 68, que é sobre as comunidades remanescentes.

M.B. – Posse do título das terras dos quilombos.

V.A. – Porque isso foi em 1986, ou seja, um ano antes de começar a Assembléia Constituinte. Essa discussão deve ter influenciado...

M.B. – Exatamente. Nós fizemos essa Convenção preocupados com a Constituinte. Teve discussões anteriores nos Estados, e a gente fez essa Convenção, que participaram em torno de umas 400 pessoas. Foi lá no prédio da Caixa Econômica, um espaço enorme. E participou bastante gente. Eu fui presidente de honra, porque quem presidiu a mesa lá foi o Hédio Silva Júnior, ele presidiu. Eu fui o presidente de honra, como era candidato a deputado federal aqui pelo PT, aí o pessoal articulou aquela coisa assim... Para dar uma força política. [riso] Então me colocaram como presidente de honra, pela história também, e uma ação política. Porque eu não ia ficar presidindo a Convenção. E havia toda uma estratégia, por exemplo, eu ia dar entrevista na Globo sobre a questão do negro. Só que na hora tinha um problema para resolver lá, deu problema com o espaço com a Caixa Econômica, aí lá teve o trouxa que foi correr junto com a garotada lá de Brasília para resolver, e acabei não indo na Globo fazer a

¹ A fita 2-B não foi gravada integralmente.

entrevista. Que era uma estratégia de candidatura também. [riso] Quando eu penso, só movimento negro mesmo para rolar essas coisas. Porque o esquema era: eu do Movimento Negro Unificado, fundador, essas coisas todas, e candidato a deputado federal aqui em São Paulo. E rolou, teve uma entrevista sobre a Convenção Nacional do Negro, mas quem acabou indo dar a entrevista foi o Carlos Moura, que era o presidente da Fundação Palmares.

V.A. – E a sua eleição aqui? O senhor ficou com a suplência?

M.B. – Suplência todo mundo é, mas tive poucos votos.

A.P. – Foi a primeira candidatura?

M.B. – Foi a segunda. Mas assim, o movimento negro não tinha estrutura nenhuma. Foi uma das primeiras disputas que a gente fez que Movimento Negro Unificado participou, então tivemos poucos votos. 5.000 votos.

V.A. – A pergunta que eu tinha feito, vê se essa, sobre o Montoro...

A.P. – Exatamente.

M.B. – Nessa Convenção Nacional do Negro, inclusive, a gente buscou articular amplos setores, mas não foi fácil. No dia inclusive, teve setores, que hoje eu identifico mais ou menos que estão em torno da CONEN, que chegaram lá e começaram a questionar a Convenção. Deram um documento lá para um cara da Bahia apresentar, o Apolônio do Muzenza, mas ele chegou lá e acabou nem apresentando o documento, ele participou da Convenção. Mas no início foi um negócio meio chato, meio conflituoso. Aí depois o pessoal participou normal. E houve muitos embates, era um negócio difícil, emperrado. O Hédio, muito bom, preside muito bem, mas estava sofrendo um bombardeio do caramba. Aí eu chamei a Luísa Júnior, não sei se vocês conhecem, uma negona poderosa, e falei: “Você pega aquela mesa lá no grito e bota ordem na casa.” [riso] Ela sentou do lado do Hédio lá e de lá de cima ela berrava no ouvido dos negões lá em baixo, aí conseguiu sair coisa naquela Convenção. Mas foi assim interessante. E dois pontos fundamentais eram justamente essa

coisa da criminalização do racismo e resolução 68 dos remanescentes de quilombos. Lógico que teve mais um monte de questões, preocupação com os países africanos de língua portuguesa, havia toda uma estratégia. Essa coisa do imigrante africano, teve discussões muito importantes, a questão da violência policial, tudo isso. Mas eu acho que foi de muita importância, foram essas duas propostas que depois foram encaminhadas, uma pelo Caó, a outra foi a Benedita, se eu não me engano, a resolução 68, de remanescentes de quilombos.

V.A. – Então essa Convenção juntou pessoas de diferentes movimentos, de diferentes origens?

M.B. – Sim, De diferentes movimentos.

V.A. – E na Caixa Econômica. Havia alguma relação, porque na época a gente está no governo Sarney, alguma relação já com o governo federal?

M.B. – Não. Só foi utilizado...

R.S. – Era um espaço cultural, não era?

V.A. – Por algum contato que alguém tivesse?

M.B. – Possivelmente quem pode ter feito a ponte é o Carlos Moura, que era o presidente da Fundação Palmares, possivelmente.

V.A. – Mas a Fundação Palmares vai ser fundada mais tarde em 1988, não é? Em 1988 é que ela é fundada, não é?

M.B. – Não lembro.

R.S. – 1988 é o ano dos cem anos da abolição...

M.B. – Não lembro. Talvez fosse o embrião, estou querendo lembrar. Estou ficando velho. [riso] Mas eu sei que o Carlos Moura que era a grande figura lá.

R.S. – Até porque era o acadêmico que escrevia sobre a questão.

M.B. – Não. Estou querendo pensar aqui porque é que o Carlos Moura estava lá. Se era pela Fundação Palmares, acho que já era a Fundação Palmares.

V.A. – A gente tem um dado aqui do *site* da própria Fundação Palmares, que ela foi criada em agosto de 1988. Pode ter sido um embrião, alguma coisa assim.

M.B. – É, estou querendo pensar aqui o que era.

V.A. – Mas de qualquer forma eu estava antes, por isso que eu pensei em Sarney...

M.B. – Estou querendo ver isso aí... Tinha o negócio do Memorial Zumbi, que era lá na Serra da Barriga, que eu fui lá, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, um monte de gente do Brasil inteiro, com tudo pago...

V.A. – Que foi tombada a Serra da Barriga em 1988.

M.B. – Estou querendo fazer as contas aqui. Em 1988 acho que foi criado o Memorial, não é não? A fundação eu acho que é antes.

V.A. – No *site* deles diz agosto de 1988, no *site* da própria fundação Palmares.

M.B. – Estou querendo lembrar se era isso ou se era algum órgão que deu nisso, ou era alguma coisa que estava estruturando isso...

V.A. – A gente percebe que por volta dos anos 1980, que dentro das administrações federal e as estaduais, começa... É essa pergunta que eu estava fazendo antes dos seus filhos entrarem,

começa a haver dentro dos próprios governos, aqui o governo Franco Montoro, no Rio o Brizola, alguns órgãos, alguns organismos voltados para a questão...

M.B. – Estou querendo lembrar o nome certo do órgão, porque tinha o Olímpio Serra, não sei se vocês já ouviram falar, que era um dos caras que articulava essa coisa do Memorial Zumbi e que era efetivamente ligado a essa coisa da fundação Palmares. Estou querendo lembrar o órgão. Será que era uma secretaria ou uma assessoria? Acho que era uma assessoria.

V.A. – Podia ser alguma coisa assim.

M.B. – Pode ser, mas já era o Carlos Moura. Eu lembro que primeiro teve uma que era, eu acho, o Olímpio Serra e depois foi o Carlos Moura. O Carlos Moura era, acho que, do PMDB e era um cara que tinha um respaldo da CNBB, inclusive nós fomos lá conversar com os bispos no dia que houve... Teve um congresso nacional do Movimento Negro Unificado antes, aí na sequência nós entramos aí nessa Convenção Nacional do Negro. E teve um intervalo, que nós fomos conversar com a CNBB, o Carlos Moura, que nos levou. Ele era muito respeitado lá. Ele tem um apoio de um setor da Igreja importante. Tanto que ele foi o primeiro presidente da Fundação Palmares. Depois eu vou dar uma olhada direito nisso, o que era. Agora, o Carlos Moura era o homem que fazia essas pontes aí.

V.A. – Mas aí a gente já observa nos anos 1980, que as próprias administrações públicas já passam a incorporar a questão do negro na sua organização, no seu organograma, criando secretarias especiais para o negro...

M.B. – Isso eu entendo como resposta a mobilização do movimento negro. Mas ao mesmo tempo também, essa ação que, de uma certa forma, dá uma desmobilizada no movimento. Esses órgãos tentam substituir o movimento. Na realidade eles não passam a ter uma ação de fortalecimento do movimento. Mesmo esses órgãos ligados a setores de esquerda. Hoje no MNU nós estamos fazendo toda uma discussão sobre isso e provavelmente a gente deve tirar uma ação mais contundente sobre esses órgãos, porque acabam ficando desligados. Hoje por exemplo, o movimento negro mais forte do mundo, provavelmente, é o governo brasileiro, porque pessoas que eram do movimento, que estão no governo, tem um aparelho na mão e

acabam agindo acima do movimento. Isso para nós é muito sério, isso desmobiliza, enfraquece, atrasa a organização... Há um processo, por exemplo, de desmoralização do movimento, que vários grupos, partidos, concepções fazem justamente para que o movimento negro não seja forte e eles consigam implementar os seus programas usando o negro, esses órgãos acabam fazendo muito esse papel também. Então, provavelmente, nós vamos começar a ter uma ação mais contundente sobre essas coisas. Achemos importante essa SEPPIR, a Fundação Palmares, achamos que tudo é resposta, conquista do negro, da luta do negro. Só que infelizmente, todos eles acabam querendo fazer o papel do movimento negro. Isso é um atraso para a luta e com certeza o Movimento Negro Unificado vai construir alguma coisa para se contrapor a isso.

V.A. – Se eles foram criados a partir dessa luta, são resultados dessa luta, eles estarão em sintonia com a luta do movimento negro, não é? O que o senhor chama de fazer o papel?

M.B. – Deveriam estar. Eu acho até que eles colocam coisas importantes do programa do movimento negro, coisas importantes para a população negra, mas de fato, no meu ponto de vista, eles não estão em sintonia com o movimento. Eu acho que eles tentam agir acima do movimento. Sou franco com você, por exemplo, brancos de direita ou de esquerda, as suas organizações adoram os negros subservientes, ou seja, que seguem à risca o que pensam, o que fazem, seus programas... Então, a questão que está colocada é essa: nesses órgãos eles estão fortalecendo os negros que acima de tudo colocam os programas partidários, seja PMDB, PT, PC do B... PSTU, sinto muito, eles podem não gostar, mas a realidade é esta. E nós no Movimento Negro Unificado, nosso setor, nós nos contrapomos a essa ação e estamos trabalhando para construir alguma coisa que reverta isso. Nós já conseguimos enfrentar a ação da ditadura militar, colocamos na ordem do dia a questão do combate ao racismo, à violência policial, e vamos ter também que enfrentar essas aliados aí que nos ferram.

R.S. – Na verdade, assim, posso dar um pitaco?

V.A. – Deixa eu só entender então o seguinte: o senhor acha que eles ficam influenciados pela questão partidária, é isso? Esses órgãos?

R.S. – Não só isso.

M.B. – Não é só isso. Mas...

V.A. – Eles deixam de ser do movimento negro genuíno para ter outros interesses, é isso?

A.P. – Eu não entendi muito bem onde sai da sintonia do movimento negro. Qual a ação que faz com que saia?

M.B. – É um negócio muito... É aquilo que eu já vinha falando do ego, do personalismo, da questão do colonialismo. Então, como eles têm um aparelho na mão, eles se acham acima do movimento negro. E isso não é só os negros que fazem não. O movimento, a luta social está passando por um momento importante. Por que? Os parlamentares, por exemplo, eles se sentem acima dos movimentos, e aí a crítica vai mesmo para todo mundo. Se você pegar por exemplo o PT, hoje em dia ele é formado por agrupamentos de parlamentares, de familiares... E eles são uma força política, eles se sentem acima do movimento. Eles tentam cooptar o movimento de habitação... A grande verdade é que eles só não conseguiram cooptar o Movimento dos Sem Terra, que para mim é o grande exemplo de movimento social no Brasil. Mas o resto, eles cooptaram todos. E o movimento negro também sofre dessa doença e que a gente vai ter que mudar esse quadro, vamos ter que reverter esse negócio. Então, por exemplo, a SEPPIR tem todo um programa, o trabalho da Lei 10.639, foi lá na África junto com o Lula dizer que o Brasil deve aos africanos... Mas infelizmente não vai além do interesse do governo. E a gente até entende que é assim que deveria ser. Mas só que não há uma ação das figuras que estão nessas coisas de fortalecimento do movimento. Eles estão lá enquanto pessoas, eles têm o aparato na mão, assim como os parlamentares se acham uma força política, esses que estão nesses órgãos também se acham.

R.S. – Esses órgãos, na verdade, são contraditórios, não é?

M.B. – Não sei se você está entendendo o que eu estou dizendo dos órgãos. Por exemplo: nós colocamos a questão de transversalidade. O que é isso? Além de ter lá uns ministros negros, que a gente acha que é importante, o Lula avançou de fato, porque é importante você ter a

figura do negro lá no primeiro escalão. Mas a gente coloca a questão da transversalidade porque você tem ter os negros em cargos fundamentais na Educação, Saúde, Transportes, Cultura, e tudo mais. E isso, na realidade, não está acontecendo. Puseram alguns gatos pingados lá em postos, mas o movimento negro não tem um peso decisivo. É lógico que eles se aproveitam das divergências, dessas diferenças de concepções, se aproveitam dessa herança do colonialismo. É lógico que a gente vai ter que enfrentar isso. Apesar dessa tentativa de manipulação, de cooptação dos movimentos, existe um negócio que se chama força latente, que isso de fato modifica. Essa força latente está presente em todo lugar. Por exemplo: se o movimento organizado dos trabalhadores está em um momento meio de ficar fazendo negociação, em uma postura meio conciliatória, mas existe uma pressão que em um determinado momento vai exigir romper com isso. Você tem uma sociedade aí com as coisas acontecendo, uma violência extremada que não resolver com essas tentativas de manipulação. A população vai exigir de fato uma resposta mínima para que esse mundo seja mais violento.

R.S. – Posso falar um negócio? Acho que na verdade esses órgãos são um pouco contraditórios porque se de alguma forma é exigência do movimento organizado que se tenham órgão no governo para responder às demandas da população negra. Por outro lado, a nossa proposta, a proposta do movimento organizado de esquerda, é uma proposta de organização social diferente. E aí o sistema procura formas de arrefecer a organização da população. E uma das formas é a seguinte: é você criar canais que pareçam canais de possibilidade de organização da população negra, mas que na verdade vão responder algumas pequenas demandas, por exemplo, a implantação da Lei 10.639. É uma demanda da gente porque a gente entende que faz parte do rebaixamento da autoestima da população negra, que ela não conheceu o seu passado, não tem referência histórica etc. Não se sentir enquanto sujeitos dessa história do progresso da humanidade. É uma demanda da gente, mas por outro lado, os caras responderam com a Lei, estão implantando a Lei, mas implantando a Lei de uma forma que ela não sobrevenha como acúmulo de força. Então, por exemplo, tem a Lei 10.639 que vai ensinar História da África, História dos negros brasileiros, da cultura afro-brasileira – não gosto muito desse termo –, mas por outro lado você não tem formação de profissionais qualificados para isso, que História da África vai se ensinar? A História escrita pelo europeu, que depois de 1700, depois de 1650? Não quero. Porque na verdade o que a gente coloca é que nós temos uma história que fez com que esse povo que viesse para cá

resistisse e tal... Então, se de uma forma eles implantam uma Lei que é um pouco o produto da nossa luta, de outra forma eles procuram fazer com que a implantação dessa Lei não resulte em acúmulo de força para a população negra organizada poder colocar a sua proposta de sociedade. Porque na verdade a gente diz o seguinte: essa sociedade não contempla o negro. Não há lugar para a gente. O capitalismo explora o racismo, vive disso. A gente diz por exemplo, o nosso grupamento no MNU diz o seguinte: que a principal contradição do capitalismo na periferia é o racismo. É daí que sobrevém a exploração. Então, na verdade todo esse sistema de cooptação, por exemplo, a III Conferência Contra o Racismo, que aconteceu na África do Sul, ela foi uma conferência de Estado, mas que ela acabou... Todas as conferências você acaba tendo um fórum paralelo, que é um pouco a cara da organização social do segmento que se discute: habitação, mulheres... A percepção dessa coisa da importância do racismo para manutenção do sistema foi tão grande que o pessoal cooptou as ONGs. Então as ONGs que estiveram na Conferência, as ONGs brasileiras em especial...

M.B. – Cooptou entre aspas. [riso] Já são cooptadas.

R.S. – Já são cooptadas, mas assim, não houve a proposta de um... Da sociedade, não enquanto Estado, tinha um monte de Estados lá na Conferência, mas não houve... Você não consegue distinguir o que foi dos Estados lá presentes, e o que era da sociedade civil organizada que lutava contra o racismo, xenofobia e as intolerâncias correlatas. Parece que é tudo uma coisa só. O que saiu em termos de governo, parece que é o que saiu... Claro que tem algumas demandas específicas dos países africanos que chegaram lá com uma palavra de ordem importante para a gente, cara para a gente, que eram as reparações. Mas por que? Porque as reparações eram importantes para os Estados africanos inclusive. Então não foi um fórum paralelo que puxa essa palavra de ordem que é... Então esses órgãos todos a nível municipal, estadual e federal, na verdade é um poço de contradição dentro da organização negra. O movimento negro organizado tem que conviver e refletir, e buscar caminhar junto com essa coisa que é uma demanda do movimento... É uma demanda nossa, a gente não pode negar. A Lei 10.639 é uma demanda nossa. Mas que eles acabam capitalizando para eles de forma... Eles deixam a coisa meio atrofiada. Então para a Lei 10.639 ser implantada, ela tinha que ser monitorada pelo movimento negro, que é quem conhece a História da África anterior a colonização. Hoje no Brasil profissionais, acadêmicos formados, porque a universidade é

eurocêntrica. Ela tem ainda o formato das universidades europeias. Hoje para a implantação de fato de uma Lei 10.639, a gente tinha que ter o acompanhamento, um grupo de formação pelo movimento negro, isso foi vetado. Essa Lei foi sancionada pelo Lula com o veto do Fernando Henrique, do acompanhamento do movimento negro.

V.A. – Como assim, veto do Fernando Henrique?

R.S. – Essa Lei é uma Lei do Fernando Henrique. Ela foi assinada dia 9 de janeiro de 2003.

V.A. – Então esse acompanhamento foi vetado ainda pelo governo anterior?

R.S. – Foi. Teve um veto, ele voltou para o congresso, o veto não foi derrubado, e o Lula sancionou do jeito que veio. Então isso em primeiro lugar. Depois, mesmo com esse veto, se o movimento negro se organiza, vai para cima etc. Mas nós temos que ter material. Como é que um estudante de História brasileiro de qualquer universidade nesse país, eu estou falando da USP, da UERJ, a UERJ tem um grupo organizado que tem estudos afro-brasileiros, aqui na USP também tem, e não tem profissional. Você vai na faculdade de História aqui, você tem uma professora especializada em História da África, uma única. Na UERJ tem lá o pessoal da Elisa, mas que é complicado. Então aí, a gente não conhece os grandes escritores, porque a população negra e o professor médio formado pela universidade, não conhece, não fala inglês, não fala francês, então vai ler Ki-Zerbo, vai ler Cheikh Anta Diop, Van Sertima como? E aqui a gente não tem publicação. Acabei de dizer para você que para a gente conseguir Frantz Fanon, *Pele negra, mascaras brancas* teve que vir de Portugal. E a gente não tem esse empenho. Não tem um empenho de formação de quadros. Então ela fica uma Lei manietada, é uma demanda nossa, um Lei manietada que não vai servir como acúmulo para a gente organizar a população negra, entendeu? É complicadíssimo. Então isso é uma coisa que a gente tem que viver permanentemente, com a contradição de que esses órgãos são demandas da população, do avanço da organização do movimento negro, mas eles estão inseridos em um sistema que não é exatamente o que a gente quer, então fica essa coisa...

V.A. – Mas eu não entendi. A ideia de vocês é que isso é voluntário, que isso não esteja ainda acontecendo assim por uma determinação de que essa Lei é só para inglês ver, digamos assim?

R.S. – É. Trabalhar com as contradições é um pouco isso. Eu acho que o Lula não sancionou essa Lei com a ideia de que ela fosse uma Lei para inglês ver. Mas o sistema está organizado de tal forma que ele vai pressionando para isso. Ele não assinou com essa determinação. E não sei se essa Lei, quando foi colocada, ele não tinha essa pretensão.

V.A. – Mas no caso, a ação da SEPPIR, ela vai no sentido de evitar que a Lei seja implementada do modo que o movimento negro quer?

R.S. – Não acho que é isso. O que eu estou dizendo é que a SEPPIR é uma peça de uma engrenagem que está montada, que é muito maior do que ela.

M.B. – Eu gostaria de citar alguns exemplos desse negócio. Vou usar duas situações bem distintas para mostrar como esse colonialismo nos é prejudicial. Um como agem os nossos aliados para nos deixar fora de processos decisivos de decisões políticas de articulação política. E vou mostrar uma outra influência sobre nós negros mesmos que acaba nos prejudicando. Por exemplo: o Movimento Negro Unificado foi quem fez as grandes manifestações, as maiores manifestações no Brasil, contra o *apartheid* na África do Sul. Embora houvesse comitês que a ONU mandava grana, mas foi o MNU, que não recebia dinheiro de ninguém que fez as grandes manifestações, debates, lançamos artigos em jornais nossos, revistas etc. Mas o Nelson Mandela veio ao Brasil. Teve um cara, o Ramauri, que é um cara 171 que vive às custas do movimento negro, estelionatário. Inclusive já esteve até preso aí. Um puta de um negão bonito, anda sempre de terno...

V.A. – Tem sobrenome?

M.B. – Não, agora não tenho...

[FINAL DA FITA 3-A]

M.B. – ...Esse cara foi na África do Sul, conversou lá com o Nelson e Winnie Mandela, aí nos chegou à mão, nos mostraram um projeto onde tinha participação do Boni da Globo, para trazer o Nelson Mandela. E era um esquema assim, que ia rolar grana e o Ramauri ia ganhar dinheiro com um monte de coisa de marketing, dessas coisas. O que o movimento Negro Unificado fez? Nós tisoramos essa proposta. Onde tinha o Movimento Negro Unificado, o Mandela foi decentemente fazer o trabalho político.

V.A. – Não entendi.

M.B. – Não tinha no Espírito Santo, o Ramauri levou o Mandela no Espírito Santo. O Ramauri que levou.

V.A. – Então onde tinha movimento organizado o Mandela não foi, é isso?

M.B. – Onde tinha o Movimento Negro Unificado. No Espírito Santo não tinha, e ele acabou levando o Mandela no Espírito Santo.

R.S. – Não. O Mandela foi a Estados que existia MNU.

M.B. – Espera aí. Sim. Lógico, o Mandela foi.

R.S. – Ela não entendeu.

M.B. – Nós rompemos a intervenção do Ramauri nessa coisa de trazer o Mandela. Não tinha sentido um escroque, 171. Estou querendo dizer o seguinte: pagaram passagem de avião, estadia de hotel para um escroque ir conversar com o Nelson Mandela, em vez deles fazerem contato com o Movimento Negro Unificado, ou com algum outro setor...

V.A. – Mas quem pagou essa passagem?

M.B. – Eu avalio que deve ter sido na época da Luísa Erundina, alguma coisa assim.

V.A. – Daqui, a prefeitura de São Paulo? Não foi Globo. Eu entendi que fosse o Boni.

M.B. – Não posso dizer quem foi porque eu não tenho certeza. A gente percebe a articulação que foi feita. Nenhum setor sério do movimento negro foi bancado para fazer essa ponte. Os setores organizados, mesmo de esquerda, eles preferem se articular por fora, para não fortalecer o movimento negro, a articulação do movimento negro. Essa é uma realidade inquestionável, eu não tenho o menor medo de falar isso aí, e me ferram muito, me queimam muito, me sacaneiam muito, mas eu falo mesmo e enfrento. Meus filhos aqui passaram muita fome por causa de sacanagem que fizeram pela autonomia e independência das nossas atitudes e pensamentos. Isso é uma forma que eu estou falando que fazem. Eles não querem fortalecer o movimento, eles tentam se articular por fora. Estou te dando um exemplo.

V.A. – Com pessoas não-representativas?

M.B. – Isso. Isso para não fortalecer o movimento.

V.A. – E a outra coisa que o senhor ia falar?

M.B. – A outra forma, eu vou mostrar como que isso, no próprio negro isso interfere. Nós participávamos de uma articulação do Tribunal Internacional África, não sei se vocês já ouviram falar. E nós preferíamos inclusive, fazer a conferência paralela da ONU lá na África do Sul, então nós discutimos com o [Laimo Mabaza] que é um representante de um partido lá da África do Sul e que ele se articula no campo da antiga chamada quarta internacional. Que trabalhava nessa discussão desse Tribunal Internacional África. E nós nos articulamos com ele para que ele fosse abrir o Fórum Social Mundial. A ideia era ele abrir lá e percorrer o Brasil inteiro discutindo esse Tribunal Internacional África, porque a gente queria fazer uma paralela de fato. Porque essa tal paralela das ONGs aí é balela, e a gente queria fazer um negócio sério. Mas aí o que aconteceu? Esse [Laimo Mabaza] resolveu não vir para o Fórum Social Mundial, porque ele disse que tinha grana do BID, não sei o quê... Aquele radicalismo de setores de esquerda, não veio. E o que ele fez? Na realidade ele abortou uma puta ação que seria o Tribunal Internacional África dentro lá da África do Sul, fazendo a paralela de fato

àquela conferência lá, porque essas conferências que a ONU faz aí, a gente tem críticas profundas.

V.A. – O senhor está falando da III Conferência?

M.B. – Isso. Na realidade nós ficamos prejudicados porque aí não rolou essa nossa paralela, infelizmente. Nós, por exemplo, iríamos discutir sim reparações em um outro nível, em um outro enfoque. É importante por exemplo, os países africanos, que é o que eles colocam, como reparação de eliminar a dívida externa. Primeiro lugar: o capitalismo resiste a fazer isso. Mas de repente pode até fazer, em alguns países até fazem. O próprio Brasil está se propondo a anistiar dívidas... Porque na realidade, a relação não é uma relação atual, o cara pode eliminar uma dívida externa de um país africano, mas ao mesmo tempo é construída uma outra no mesmo momento. Porque tem uma dívida que se constrói ao longo da relação econômica, mas os países têm um monte de dependências que logo essa dívida, se bobear, está no mesmo patamar. Então as reparações não passam só por isso. Nós dizemos que reparações... Brasil: devem ao negro no Brasil, as empresas privadas, o governo e os trabalhadores, todos devem reparação ao negro. Reparação pela invasão no continente africano; pelo sequestro dos africanos; por terem matado milhões de negros na travessia do Atlântico; por terem escravizado, além de ter vendido o negro enquanto mercadoria, ter forçado o negro a trabalhar; reparação pelo racismo, pelo desemprego, por um monte de coisas. É impagável essa dívida. É impagável, mas nós estamos exigindo que haja reparação. Por que? Tem que vir de que forma? Através de projetos econômicos, culturais, educacionais, essa é a forma. Os remanescentes de quilombos tem que receber terra, tem que ter escolas lá, tem que ter projetos econômicos desenvolvidos, para se construir uma sociedade de paz. Não existe outro caminho. Essa que é a realidade. Então, nós temos uma forma e estamos apresentando. E falamos com muita tranquilidade porque nós, os negros, temos experiência de sobrevivência, de sermos criativos. Eles diziam para escravizar para dominar, eles diziam que os negros não tinham alma. Aí, para mostrar para os brancos que os negros tinham alma, surgiram alguns gênios tipo, Pixinguinha, Cartola, Nelson do Cavaquinho, Machado de Assis, Lima Barreto, José Maurício... Já no período pré-abolição a arte nobre, a literatura, poesia, música, os negros estavam à frente. Olavo Bilac era negro. Então é um negócio muito sério, só que no Brasil se esconde. No processo da escravidão, o Brasil viu a revolução que rolou lá

no Haiti, aí não só o Brasil. Estou citando o Brasil porque nós estamos no Brasil, mas o sistema como um todo viu o que aconteceu lá e montou um esquema para que o negro não se organizasse economicamente no mundo inteiro. Porque em uma brecha que deram lá, uns mulatos que tiveram poder econômico, os escravos que se organizaram, fizeram a Revolução lá. Mataram os brancos e libertaram o Haiti. Então a sociedade brasileira viu aquilo lá e montou toda uma estratégia para acabar com a escravidão, porque havia uma pressão inclusive da Inglaterra, que queria aqui um país livre para vender para o Brasil, para aumentar o mercado consumidor. E aí foram buscar o europeu para vir ocupar o posto dos negros aqui no Brasil. Embora dois terços dos negros já fossem livres, já estavam integrados aí, estavam na indústria incipiente, fazendo roupa, chapéu, vendendo produtos... Quando eles eram escravos eles vendiam mercadorias e passavam para o senhor, como livres eles vendiam mercadorias. Mas só que eles foram buscar o europeu para equilibrar racialmente e desalojar o negro do processo produtivo, marginalizar... É um negócio muito sério isso, é uma estratégia. E com isso inclusive, na abolição da escravatura, o negro o negro nesse processo deixou de ser o escritor, o poeta, de ser um pensador. Foi tirando fora. Esta coisa do negro que não tinha alma foi rompendo... O Cartola rompe com isso fazendo coisas incríveis, quem conhece Cartola... Aquele cara com aquele narigão cheio de furinhos, o grande músico brasileiro, de uma profundidade... ele, Pixinguinha... Coisas fantásticas, coisas incríveis. E é isso, essa construção que pode contribuir para um novo mundo.

V.A. – O senhor estava falando de como que pode ser feita a reparação.

M.B. – Na realidade eu já falei, são projetos culturais, educacionais, econômicos... E esse é o caminho. E eu estou citando essas coisas, por exemplo, o africano no Uruguai. O africano no Uruguai é 6 % da população. A religião africana lá é 25%. É coisa importante você ver uma população que é 6% e a religião 25%. E eles não possuem poder das armas, não têm o poder econômico na mão, não dominam os meios de comunicação. Agora, há uma cultura... Cultura é sempre para resolver o problema da população. Então é uma cultura de forte conteúdo humano, que busca a felicidade, por isso que resiste. Tentam massacrar o negro mas o negro resiste. Então a cultura do negro é revolucionária na sua essência como resistência. Agora, é lógico, nós do movimento organizado, que discutimos política, essas coisas, a gente busca dar

um outro conteúdo para esse processo. Por isso que a gente acumula discussão, informação, estratégias...

V.A. – Com relação às cotas, qual é a posição? Porque o senhor estava falando que quando o senhor estava na universidade o senhor achou que não devia trabalhar muito ali na universidade, devia voltar mais para o movimento. Agora, a entrada de uma boa parcela da população que se pretende, com esse sistema de cotas, que entre na universidade. Como que o senhor vê isso agora, nesse contexto?

M.B. – Em primeiro lugar, a universidade realmente não era a nossa prioridade, mas nós tínhamos ações na universidade, por exemplo, através da SBPC a gente colocou discussões fundamentais... A Lélia Gonzalez foi uma das figuras que estavam lá presentes, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e mais um monte de gente, estavam lá fazendo uma discussão que tinha que ser feita e era a área deles. Hoje tem Henrique Cunha, tem um monte de gente, tem essa Petronília, que eu acho ótima ela na área de Educação, tinha a Ana Célia da Bahia. Como é que chama aquela menina de Pernambuco? Depois eu lembro, porque é muito chato não lembrar o nome das pessoas. Então, nós não voltamos as costas.

Antes de responder a sua pergunta, eu vou contar algumas... eu gosto de responder contando “causos”.

V.A. – É a melhor forma de responder.

M.B. – Teve um encontro no Uruguai, que os negros se reuniram no Uruguai. Negros da América toda lá.

V.A. – O senhor foi?

M.B. – Não, eu não fui. Mas teve um pessoal nosso lá participando, o Camisolão participou, não é? Teve um pessoal. E após as discussões entrou na fase de moções. Aí entrou em discussão a moção de repúdio ao bloqueio econômico dos Estados Unidos a Cuba. O bloqueio econômico dos Estados Unidos feito a um país, acaba com o país. É lógico que esse bloqueio econômico é um atraso para os cubanos, um negócio muito sério, é uma ação de

extrema violência. E na discussão de elaboração de documento, havia 33 negros lá nos Estados Unidos.

V.A. – Dos Estados Unidos no Uruguai?

M.B. – Dos Estados Unidos no Uruguai, nesse encontro. E aí desses 33, na hora da votação da moção de repúdio aos Estados Unidos, 3 foram a favor da moção de repúdio, 3 foram contra, e o resto se absteve.

V.A. – 27.

M.B. – 27. Então fez a conta. Então o que acontece? Essa história de cotas, que é uma espécie de peneira na realidade, está favorecendo esse tipo de negro. Um negócio muito sério.

A.P. – Por que?

V.A. – Eu não entendi. Esse tipo de negro que se absteve, é isso?

M.B. – Exato. Que se absteve e que votou contra. Só três votaram a favor. Estou querendo dizer, que na realidade essa coisa de cotas nos Estados Unidos, eu vou falar primeiro dos Estados Unidos, porque, na realidade, fez uma espécie de peneira. E é um negócio muito sério porque você tem o negócio de cotas, ação afirmativa, você tem que pensar a história dos Estados Unidos, porque lá abolição da escravatura foi feita na guerra do Norte contra o Sul. Muitos negros lutaram pelo Norte, embora também muitos negros tenham lutado pelo Sul, porque foram obrigados a lutar. Após essa Guerra, você teve muitos negros que foram eleitos representantes dos negros e participavam lá do Congresso, ajudavam a discutir a Carta Magna, esse troço todo. Durante a escravidão nos Estados Unidos, como eles foram fugidos da perseguição religiosa na Europa, eles foram para lá para construir uma nação, então lá, por exemplo, eles separavam os negros dos brancos, mas havia escolas para negros e até mesmo universidade para negros. Completamente diferente aqui no Brasil, que o Português veio aqui para fazer a América, roubar o máximo que podia e voltar para lá. É claro que com o tempo eles acabaram ficando, mas foram construídas sociedades com concepções extremamente

diferentes. Lá eles colocaram em lei a questão da separação racial, aqui ficou no engodo. Mas aqui também, não está em lei mas é separado. E é essa coisa: os brancos estão na universidade, os negros estão fora da universidade; os brancos estão nos cargos fundamentais nas empresas, na política, nos hospitais, na polícia, e em tudo quanto é lugar. Eu era muito cabreiro realmente com essa coisa de cotas, pelo que eu já falei, do exemplo do Uruguai, que na realidade eles fazem um peneira. Com essa coisa das cotas, ações afirmativas, a pressão da luta dos direitos civis, a ação dos Panteras Negras, dos muçulmanos, Martin Luther King, Malcolm X etc. Todas essas ações, forçaram eles a criarem cotas e ações afirmativas. Só que hoje nos Estados Unidos, de cada três negros, um ou está preso, ou está com o julgamento em andamento, ou está em liberdade condicional. De cada três negros, um está com isso. Um terço da população negra tem problemas com a Justiça.

V.A. – Mas o que isso tem a ver com as cotas?

M.B. – Tem a ver com as cotas, porque eles com essas cotas, com as ações afirmativas, que eram reivindicações de luta, eles dizimaram, arrebentaram com a luta dos negros nos Estados Unidos, dizimaram os Panteras Negras, e com a ação afirmativa, por exemplo, eles acabam posando como bonzinhos. Nós exigimos sim políticas públicas de combate ao racismo. Mas por exemplo: ação afirmativa é um termo ideológico, que é colocar o branco como benfeitor, como bonzinho. Eu não gosto desse negócio de cotas, por esse exemplo que eu estou te dando, mas reconheço que todas as defesas contra cotas, aqui no Brasil, são argumentos racistas. Existe uma cota que de cara eu acho importante, por exemplo, 50% das vagas em universidades públicas para as escolas públicas. Porque eu acho que isso vai estimular a garotada a disputar essas vagas que, na realidade, não devia ser só 50, devia ser 80%, mas isso a burguesia não vai dar de jeito nenhum. O que acontece? A garotada que estuda nas escolas públicas nem pensam em ir para as universidades públicas, eles já vão direto para as escolas privadas. Quando eles deveriam disputar a escola pública, porque tem que disputar, não pode...

V.A. – Então o senhor acha que as cotas deveriam tirar a questão racial, deveria ser para a camada da população mais...

M.B. – Não. Não estou dizendo isso.

R.S. – Deixa eu dizer uma coisa a respeito de cotas? Eu estou aflita aqui. Na verdade, a gente uma discussão de cotas anterior a dinâmica que cotas tomou no Brasil. Na verdade, a dinâmica colocada para cotas nesses últimos três anos, foi uma resposta a um fato que aconteceu em 2000 aqui no Brasil. No Brasil, a comemoração dos 500 anos, proposta pelo governo Fernando Henrique e pela rede Globo, foi melada pelo movimento negro e pelo movimento indígena desse país. Fomos à Bahia, 6.000 pessoas, e bagunçamos a festa internacional. A gente esteve lá. Eles tinham proposto uma festa de comemoração da descoberta do Brasil e nós fomos dizer que não era nada disso. E isso teve uma repercussão de tão grande monta, fora do Brasil muito mais do que dentro, que a pré-conferência da América Latina e do Caribe, para preparar para a conferência da África do Sul ia ser no Brasil, em setembro daquele ano. Porque a conferência seria em 2001 e a pré-conferência ia ser no Brasil. Aquela coisa de bater na negrada e nos índios, apareceu na Alemanha, na Holanda, na Dinamarca, em Portugal... No mundo inteiro repercutiu para caramba. E o que aconteceu? O Fernando Henrique se tocou que tinha manchado a imagem dele de grande cientista político e social, o cara que se fez na esquerda. E nem deixou essa conferência acontecer no Brasil. A Mary Robinson, que era alta-comissária para Direitos Humanos, veio ao Brasil tentar conseguir que essa conferência acontecesse aqui porque era importante no papel estratégico que o Brasil desenvolve na América Latina, era importante que acontecesse aqui. Ela não teve jeito, ela não conseguiu. Ela juntou movimento negro, juntou um monte de gente para ver se conseguia...

V.A. – Mas qual é o interesse do Fernando Henrique em não permitir que a conferência fosse aqui?

R.S. – Porque veja bem: a coisa estava recrudescida de tal forma, eram quatro meses depois a pré-conferência, e estava o movimento negro, os indígenas em pé de guerra por tudo aquilo que aconteceu lá. Tinham 6.000 manifestantes contra e 6.000 policiais para reprimir. O pessoal apanhou – tem gente com problemas de saúde até hoje –, levou bomba, foi o diabo. E isso ia ter uma grita muito grande. Aí como é fica o movimento organizado contra o racismo...

V.A. – Ele ficou com medo do risco de fazer e de ter novamente...

R.S. – Exatamente. E essa conferência aconteceu no Chile por conta disso. O que acontece? A pré-conferência acontece no Chile e ele vem de mansinho e diz que vai instituir cotas para negros nos serviços, nos ministérios do governo dele, e começa a dar uma dinâmica, que não é a dinâmica do movimento negro, não é a dinâmica do movimento organizado. A dinâmica do movimento organizado era discutir qual era o papel dessas cotas, do que estava acontecendo. Tanto é que tinham grupos internos ao movimento negros... Isso não era uma discussão da sociedade, era uma discussão do movimento negro que estava começando a esquentar, até por conta da conferência em 2001, estava começando a esquentar ele vem e... O grande homem que percebe que existe racismo, aí ele mui racistamente chega e diz que tem o pé na cozinha, e que por isso tem que resolver um pé na cozinha. “O lugar dos negros é na cozinha.” Foi isso que ele disse para mim quando ele falou que tinha o pé na cozinha. E chega com essa história de que o Ministério da Reforma Agrária vai botar negro, cotas para negros, até o outro ministério abrir... E começa uma dinâmica de quem é contra e quem é a favor. A questão é essa. A questão não se coloca maniqueisticamente assim. Não é quem é contra e quem é a favor. Na verdade, a gente tem uma avaliação de que cotas nem vai organizar, nem vai resolver as questões colocadas para a população negra nesse país, que não tem acesso a nada. É isso que a gente discutia naquele momento e colocava se isso devia ser uma bandeira de luta principal. Enquanto outros grupos diziam: “É importante ter negros na universidade, porque isso...”

M.B. – Alguns grupos...

R.S. – Alguns grupos. Era esse o tipo de embate que estava colocado quando o Fernando Henrique desce com esse caixotão, dizendo que está colocado cotas, aí começa todo mundo a discutir a questão de cotas na universidade. Então, hoje, qual é a minha posição que dizia que cotas não ia resolver? Minha posição é a seguinte: cotas está aí colocado e a gente vai se utilizar delas com a consciência de que a questão da população negra não é falta de universidade. A questão da população desde se sentir e se saber negra, ter história, ter saúde, ter direito a cultura, a lazer, a emprego, a moradia... Essas são as questões da população

negra. A população negra vai para a universidade? Ótimo que ela vá, mas o grosso da população negra não chega nem a concluir o ensino médio. E é isso que torna essa sociedade tão desigual, tão injusta, tão violenta, tão... Então, eu hoje, estou falando isso para vocês, é até um documentário, eu publicamente não defendo contra cotas e nem vou defender, porque todos os discursos contra cotas hoje, são discursos que dizem o seguinte: “Eles estão sendo racistas. A questão de mérito não coloca de lado o negro. O negro está se dizendo incompetente.” Não é nada disso. Então, eu não posso unir a minha voz de uma militante esclarecida a essa corrente. Então hoje eu digo o seguinte: “Cotas? Ótimo que tenha.” A nossa luta que já é tão difícil porque a mídia nos invisibiliza, a nossa luta que é tão difícil porque os recursos empregados na saúde, não pensa na questão do negro que é despossuído. Eu estou falando de saúde, mas a saúde, educação, cultura... Essa luta, eu não vou gastar energia para lutar por cotas, mas acho que todo negro deve utilizar. É um direito nosso estar na universidade. Então, o que o Milton quis dizer com a questão dos americanos...

V.A. – No Uruguai. Isso que eu queria...

R.S. – Não. Os americanos no Uruguai servem... Eu posso falar a mesma coisa para a África do Sul, que depois da queda do *apartheid* coloca cotas para equilibrar as relações entre a população negra e a população branca, do ponto de vista despossuir e possuir.

M.B. – Lá não é ação afirmativa, são ações corretivas. Porque...

R.S. – Tem sistema de cotas...

M.B. – E politicamente tem mais conteúdo que as ações afirmativas.

R.S. – O que acontece? Se forma uma elite – isso aconteceu nos Estados Unidos – então tem uma elite que vai à universidade, que acumula, que consegue ser diretor de uma grande indústria e etc. Mas isso não reverte em força, em acúmulo, em progresso para a população negra como um todo. Tem negro nos Estados Unidos que ganha por ano um milhão de dólares? Evidentemente que tem. Isso não é um retrato da população americana negra que é 12% da população. Que é muito diferente da população negra brasileira, que é, no mínimo, se

a gente usar as estatísticas oficiais, 50% da população. E eu acho que essas estatísticas estão rebaixadas, por conta da falta de consciência de que somos negros.

M.B. – Vou citar um exemplo para vocês, na verdade essa discussão para a gente não é nova: em 1966 houve os distúrbios lá em Detroit, que a negrada saiu tacando fogo na cidade toda, e aí os empresários se reuniram e chegaram à conclusão: “Nós estamos conversando com as pessoas erradas.” Havia lá, como sempre, aqueles negros de classe média, falando em nome da população negra, com cargos de diretores, gerentes em empresas, e passavam para eles que estava tudo bem. De repente a negrada ficou uma semana incendiando Detroit. E aí eles descobriram que estavam falando com as pessoas erradas. E aí, o que eles fizeram para resolver aquilo? Eles perceberam que havia um contingente muito grande de desemprego crônico, ou seja, pessoas que há muito tempo, no seu documento, não tinham relações empregatícias. Então eles, por exemplo, baixaram a exigência do nível de escolaridade para as pessoas serem admitidas. O que eu estou dizendo com isso? Que existem setores de classe média com quem eles conversam, e que tentam amenizar, aparar as arestas. Essa é a força latente que eu estou te dizendo. Esse setor que, de repente, durante uma semana incendeia uma cidade. Essa força latente é que de fato eu acredito muito. Eu acho que é com isso que a gente tem que contar. Quando a gente está mostrando que... Eu vou citar mais um outro exemplo para mostrar como agem esses nossos aliados: no 22 de abril de 2000 na Bahia, em primeiro lugar, a gente tinha discutido e avaliou que havia necessidade para bancar um comitê lá em Porto Seguro, de bancar comitê lá. A gente avaliava que precisa de um apoio dos setores de esquerda lá de uns cinco mil reais por mês, para bancar a nossa ação, que deveria ser uma ação contundente em Porto Seguro. Não recebemos nada. Teve um encontro lá em Belém do Pará, aquele II Encontro Latino-Americano contra o Neoliberalismo e Pela Vida. Eu participei lá, pouca gente inclusive, do movimento negro no caso, acabou indo. Eu fui uma figura que fui e mais outros caras, e colocamos a questão lá do apoio ao movimento *Outros 500*, e saiu de lá uma decisão do coisa... E inclusive foram queimados relógios da Globo no Brasil inteiro. Aqui em São Paulo...

[FINAL DA FITA 3-B]

M.B. – ...A gente saiu de lá realmente...

V.A. – Lá em Belém?

M.B. – Lá em Belém. E aí começaram a mobilizações, os enfrentamentos. Já vinha em um pique, e aí aumentou. Lá em Florianópolis, Curitiba queimaram o relógio, porque aquilo era o símbolo dessa coisa: “500 anos de Brasil” Uma palhaçada. E aí, o que aconteceu? Foram montadas as caravanas. Às vésperas do negócio, a CUT mandou cinco mil reais. Por que? Porque pegou fogo, ganhou força. Nós dizemos que a esquerda não entendeu o que significava aquilo lá. Tinha setores do trabalho, vou ter que falar o nome mesmo, que eles diziam que nós estávamos querendo dar um “Fora Cabral”. Então, na realidade, a esquerda não conseguiu entender o significado daquela ação contra o festejo dos 500 anos. Ou setores da esquerda, digamos assim.

R.S. – Não só o trabalho.

M.B. – Estou citando o trabalho porque um cara falou francamente...

R.S. – A CUT não colocou dinheiro.

M.B. – Já falei que a CUT não colocou dinheiro, colocou cinco mil reais na semana lá. O movimento negro arrendou um terreno lá, fez um verdadeiro quilombo, fez uma zona preta, igual ao MST. Então, gente do Brasil inteiro foi para lá. Nós saímos um dia antes com um ônibus do Sintusp, que é um sindicato combativo, vieram os estudantes lá da faculdade federal lá de São Carlos, foram dois ônibus e nós fomos na caravana. A polícia vinha, parava: “Tem índio aí, gente do MST?” “Não tem.” “Então pode passar.” Então nós conseguimos entrar lá em Porto Seguro e conseguimos ficar lá no terreno arrendado. E tinha vários movimentos, o Movimento Negro Unificado, pessoal da CONEN, tinha punks, movimento de mulheres, vários setores do Brasil inteiro estavam lá representados. Um quilombo muito gostoso, muito eclético. De madrugada, a polícia ameaçando invadir, fizemos uma assembléia e tinha setores que vieram com um papo que tinham acertado com os índios para sair meio-dia e meio para sair em passeata, questionamos: “Mas meio-dia e meio já rolou tudo...” Falamos: “Tudo bem.” Aí de madrugada a polícia ameaçou invadir, a gente levantou

correndo, aí fizemos uma assembléia logo cedo. Aí tinha um pessoal que estava nos hotéis cinco estrelas, que estavam na coordenação. Só que nessa hora eles não estavam. E aí nós tomamos o comando mesmo do negócio, falamos: “Não, nós temos que buscar os índios agora. Vamos nos organizar.” Aí, seis horas da manhã começamos a pegar os ônibus, começamos a colocar as coisas dos movimentos todos nos ônibus, porque a gente sabia que a briga não ia ser mole. Aí bem cedinho nós saímos em passeata, tipo aquela com duas fileiras, como o MST. Aí a polícia cercou Porto Seguro. Aí nós nos jogamos para a esquerda. Quando eles perceberam que nós íamos buscar os índios, aí eles se desesperaram. Aí vieram, cercaram a passeata, o próprio comandante Muller que estava lá, veio com uma pistola soltando aquelas bombas de gás. Jogaram bombas de gás, sentaram o pau, deram porrada em todo mundo, ou quase todo mundo... Foi um negócio bárbaro, e desbarataram a nossa manifestação. Aí teve um pessoal nosso que entrou lá no centro cultural dos índios pataxós, entraram em hotéis, se esconderam em um monte de lugares. E a polícia prendendo, prenderam em um lugar lá 110 pessoas. Aí nós pegamos uma comitiva, fomos eu, José Dirceu, Gilberto Leal, nós fomos lá conversar com os índios. Chegamos lá, eles acertaram de vir em passeata as dez e meia da manhã. Mas o José Dirceu falou: “Vamos lá, vamos embora porque eles não querem branco aqui. Eles vão decidir entre eles.” Uns negões pretões sendo chamados de branco. [riso] E foi um negócio interessante porque havia a maioria dos índio progressistas, mas também tinha os índios – são várias concepções, não é? – tinha os índios também, meio assim do lado do governo, um pessoal que é subvencionado pelo governo, um pessoal lá do esquema de venda de artesanato, ONGs... Então ficavam divididos. O pessoal que estava lá no Centro Cultural Pataxó, a polícia querendo invadir. A PM falava assim: “Põe eles para fora senão nós... Dá com a borduna neles senão nós vamos invadir o Centro.” Aí tinham uns índios do sistema mesmo, vamos dizer assim, que queriam por o pessoal. Aí tinham os índios progressistas, o pessoal da luta, que falaram: “Não. Eles são nossos. Deixem eles aqui.” Só que eles falavam isso e iam para a conferência. E aí ficava aquele pega-não-pega. Foi um negócio muito doido.

R.S. – Eu estava nesse Centro tentando fazer a ponte com os promotores que foram defender as pessoas que estavam... Tinham três promotores e um juiz lá à disposição do movimento. E os índios cooptados diziam assim, com umas bordunas deste tamanho: “Não queremos branco aqui, vamos saindo...” Eu dizia: “Calma companheiro. Vamos discutir, vamos

conversar. A gente precisa conversar...” E eles: “Vamos, vamos...” Aí, quando eu vi a liderança que estava na conferência indígena, porque aconteceu uma conferência de uma semana antes do dia 22.

M.B. – Tinha o Ailton e o Anailton lá, os dois.

R.S. – O Ailton e o Anailton eram os caras que falavam pelos índios organizados, os índios mais progressistas. Aí quando eles vinham eles diziam: “Deixa eles aí.” Aí depois que eles saíam a confusão voltava. Aí eles chegaram e disseram: “Eles são nossos aliados. Eles vão com a gente. Deixa eles aí.” E aí a gente conseguiu ficar em paz, porque teve índio que bateu em manifestantes do movimento social um pouco mais para frente de onde a gente estava. Mas bateu e acou e o pessoal foi pego pela polícia na frente. Tanto que ficaram 140 pessoas lá cercadas pela polícia, tropa de choque. Muita porrada. Tem um companheiro nosso que tem até uma foto histórica, que todo mundo conhece, que é ele sendo puxado pelo rasta. Ele era da coordenação nacional do MNU nessa época, Edmilton da Bahia, eu era também da coordenação nacional. E esse cara ficou sumido 14 horas. Os promotores procuravam ele em delegacias, no hospital e nada. A gente tinha negociado libertar todo mundo, esse companheiro da Bahia e um companheiro de Brasília não apareciam. Depois que a gente ficou sabendo que ele ficou um montão de tempo jogado no chão do ônibus da polícia baiana, algemado nas pernas e braços. Ele falava: “Eu ouvia você falando o tempo todo: ‘gente tem que ligar para não sei quem...’” Porque eu estava do lado do ônibus. A gente estava de pé, em volta, o maior burburim, e corre para lá, e corre para cá, e o cara lá jogado no chão do ônibus. E essa coisa deu uma repercussão, aquela que eu já falei, que na verdade dá uma outra dinâmica para a discussão de cotas. Saiu daí a dinâmica.

M.B. – Os jornais de esquerda, todos, só falaram dos índios, não falaram da presença do movimento negro. Isso é uma manipulação política que nós não aceitamos e brigamos. Nos ferram, mas nós brigamos, não aceitamos.

R.S. – A gente tem uma dimensão, eu pelo menos, de que 50% da população organizada, unida, enxergando o lugar social destinado a ela, faz uma revolução. Não é minimizando a

questão do indígena, não é isso. É que eles foram dizimados mesmo. Hoje tem o que? 280.000 indígenas no Brasil. Isso não é 2% da população.

M.B. – E é de fundamental importância defender os direitos deles. Mas há uma manipulação para que o movimento negro não tenha um peso social de acordo com o seu contingente populacional. E isso é um negócio muito sério.

M.B. – Já encerrando, baseada no seu currículo, o senhor diz que participou das executivas de dois movimentos importantes: da marcha do 13 de maio de 1988 aqui em São Paulo, está no seu currículo, o centenário da abolição, e aquela de Brasília de 1995, a de Zumbi. O senhor participou da executiva da organização dessas manifestações, não foi isso? E como foi a repercussão, do ponto de vista do próprio movimento negro e do resto da sociedade? Uma foi em 1988, no Rio também houve uma marcha, e essa de Brasília de 1995, dos 300 anos de Zumbi.

M.B. – No centenário da abolição, na realidade, foi formado um corpo para dirigir e nós criamos um comitê de questionamento ao centenário da abolição. E foi uma passeata muito bonita em São Paulo. Eu avalio que essa de São Paulo tinha muito mais gente do que em Brasília, só que houve uma manipulação da mídia. Eu vi o coronel Bitencourt, que era do Conselho do Negro, dando uma entrevista com um órgão de imprensa ao qual não me lembro, que ele dizia que havia 6.000 pessoas na passeata. Todos os órgãos de imprensa colocaram que havia 6.000 pessoas, e não havia. Havia muito mais. Havia mais de 40.000 pessoas naquela manifestação do 13 de maio de 1988 aqui em São Paulo. E aconteceu um negócio interessante, havia dois grandes blocos, um que tinha uma divisão interna... Havia um bloco primeiro que tinha um grupo de pessoas, e não sei por que dava um vazio, e depois vinha um monte de gente, um monte de carros de som... A Globo, aí só posso falar da Globo, que foi o que eu acompanhei, teve a manha de filmar aquele vazio e dizer que teve uma manifestação com 6.000 pessoas. Então, essas manipulações são absurdas. Mas foi um ato muito bonito, muito forte. E a realidade é que as pessoas que foram lá viram que tinha muita gente.

R.S. – E a discussão colocada importante é a desmistificação do 13 de maio como dia de redenção do negro...

M.B. – No 20 de novembro eu participei, fui representante. São Paulo tirou que eu ia representar São Paulo, e eu acho que foi importante a minha presença lá. Porque na reunião que iria ser tirado um documento para entregar ao FHC, como foi tirado, tinha gente – que a gente sentiu – que já queria sair com um emprego de lá. Então nós colocamos a questão seguinte: de que ia ser entregue o documento, depois voltava para as bases do movimento para discutir os próximos passos. Acho que a minha presença foi fundamental com esse discurso de autonomia e independência.

V.A. – Mas como emprego? As pessoas queriam emprego? Não entendi.

M.B. – Não estou dizendo que as pessoas queriam emprego. Algumas pessoas. Tinha gente que queria entregar o documento e já negociar alguma coisa lá com a presidência. Nós não aceitamos isso. O FHC criou lá o seu Grupo de Trabalho Interministerial, que participou lá o Hélio Santos com todo o direito, que ele era do PSDB, e mais umas outras figuras. O que a gente achou que a estratégia não era correta, é que aquela comissão discutisse algum órgão junto ao presidente. No meu ponto de vista tinha pessoas que já queriam sair com emprego de lá, e nós cortamos. E tem que ser assim. Que foi um avanço aquele ato de 20 de novembro foi. Para encerrar eu gostaria de citar que teve vários momentos, várias atividades que eu me senti orgulhoso de ter participado: o 7 de julho foi muito importante, o 13 de maio de 88, essa coisa do 20 de novembro de 95, o 22 de abril de 2000. Nós garantimos a fala oficial da OLP pela primeira vez no Brasil. Farid Sauam, que era o representante foi falar lá em um diretório do PMDB em Pinheiros. Os sionistas melaram, e aí nós montamos lá no Ruth Escobar...

V.A. – Quando foi isso?

M.B. – Em 1980 e... Não lembro direito se era 1981... 1981, 82.

V.A. – Onde aconteceu?

M.B. – No teatro Ruth Escobar. Nós garantimos. Foi um negócio muito bem feito, tinha um pessoal sionista lá, eles ficaram em uma porta lá. Só que nós abrimos uma outra porta, entraram os palestinos, os negros, aí depois fechou um “pau do caramba” lá. Foi briga pesada, mas...

V.A. – Quem falou dos palestinos?

M.B. – Farid Sauam. Então foi um momento que a gente achou muito importante. Eu tive muito orgulho de também estar participando desse processo, eu, Sebastian, Nininha de Obaluaê, todo o pessoal que fazia parte do movimento, Rafael Pinto, todo aquele povo... Se eu for ficar aqui lembrando os nomes, Eduardo de Oliveira, aquela turma toda vai acabar esquecendo um monte de gente. Mas basicamente estava à frente daquela discussão no movimento esse pessoal, e então eles nos respeitam muito pela coragem que a gente tem de colocar posições de peito aberto. Mirna Grzich, o Barrinhos, que é um cineasta, que também ajudaram a desenvolver esse processo, muito legal. A própria Ângela Gilliam participou com a gente nesse debate. Foi interessante. E uma outra foi um período que o Wilson Riquete, estava prendendo nas bocas, prendia negros, prostitutas, travestis... Aí nós fizemos uma manifestação...

M.B. – Wilson Riquete?

M.B. – Wilson Riquete, o delegado.

V.A. – De São Paulo?

M.B. – De polícia daquela... Acho que é a primeira zona, a primeira ou a terceira. É da região da Boca do Luxo, acho que é a terceira.

R.S. – Era o delegado geral de São Paulo, não era?

M.B. – Aí você também tem que ver... [riso]

R.S. – Isso eu lembro porque...

M.B. – Aí nós fizemos uma manifestação junto com o grupo Sono, jornal *Lampião*, nós fizemos uma manifestação muito bonita contra a violência contra negros e homossexuais, e as prostitutas...

V.A. – Onde?

M.B. – Na praça Ramos. Aí depois eu vejo a data e te passo. Na praça Ramos, aí saímos em passeata, descemos, passamos em frente o 83 da Júlio Mesquita, as prostitutas desceram, aí depois entramos no Largo do Aroucha, entramos nas bocas, na Boca do Luxo... Teve uma esquina, acho da Marquês de Itu, tinha uma prostituta com um senhor, um velhinho; aí eles estavam no apartamento, aí eles pularam na Marquês e o velhinho só de cueca e camiseta, e óculos tipo **[incompreensível]**, e ela só de baby-doll, muito bonita. Aí o pessoal começou a gritar: “Maravilhosa, maravilhosa...” Foi legal, foi uma das primeiras manifestações que o movimento gay foi para rua e se expressaram. Então, na realidade, o Movimento Negro Unificado, além de apresentar uma postura nova em relação à luta do negro, ainda abriu espaço para que outros setores também se manifestassem. Então, também tenho muito orgulho de ter participado dessas coisas. Acho interessante.

R.S. – Acho que também é legal falar que as manifestações no Brasil, contra o *apartheid*...

M.B. – Eu já falei.

R.S. – Falou? Eu não ouvi não.

M.B. – Sim. Foi o MNU que puxou as grandes manifestações, fez os artigos nos jornais, revistas do movimento negro.

R.S. – E isso está no nosso programa de ação, a solidariedade às lutas internacionais contra o racismo, e solidariedade aos povos, está na carta de princípios do MNU. Acho que isso faz parte da nossa história, a gente age sempre nesse sentido.

M.B. – Com o movimento sindical houve um avanço muito grande. A postura dos negros no movimento negro, que a gente tinha “paus” muito grandes. Eles tinham umas posições bastante atrasadas, eles avançaram bastante. Ainda não é o suficiente, não é o que a gente quer, mas houve um avanço muito grande. Em relação aos partidos políticos, ainda tem uma briga muito grande aí, esse tem sido mais complicado. E com certeza nós vamos desenvolver ações para que as coisas avancem nessa área, com certeza. Porque o Movimento Negro Unificado não é um movimento de massa, mas o movimento negro é. E a discussão que nós fazemos hoje no campo *Raça e Território*, é construir um processo semelhante a um movimento de libertação nacional, que coloque a questão da reconstrução dos símbolos culturais; e coloque a questão da organização econômica da população negra; o espaço nas áreas da educação, saúde, moradia e etc. E logicamente, construir com os nossos aliados de fato, um novo mundo. Nós achamos que você não constrói um novo poder de forma anêmica, mas você constrói no dia-a-dia, no embate, na luta. E é importante que a humanidade está melhorando. Porque antigamente eles arrancavam a pele, incendiavam, decepavam, jogavam as crianças no mato e deixavam... Essas perversidades todas eram feitas, e se vangloriavam de fazer... Faziam livros exaltando suas bravuras, que na verdade eram covardias. Hoje ainda fazem isso. Há torturas nas delegacias de polícia, matam, há grupos de extermínio e tudo mais, só que tem uma coisa: eles têm vergonha de fazer, se escondem e todos reprovam essas ações. Então a humanidade está melhorando e, com certeza, vai construir um novo mundo. Isso a gente tem certeza.

V.A. – Que bom. [riso]

R.S. – Acho que... Uma coisa que você não colocou com relação aos trabalhadores, aos sindicalistas, é que, já há algum tempo, a gente tenta desmistificar essa coisa da análise do trabalho na história do Brasil, a partir da vinda do europeu, do trabalhador espanhol, italiano que começa o processo de organização dos anarquistas e tal. O movimento sindical fez isso anos e anos a fio. E hoje, primeiro assim: as primeiras greves não foram dos espanhóis e nem italianos. As primeiras greves foram de categorias majoritariamente negras, os alfaiates e os trabalhadores do cais. Foram as primeiras greves brasileiras. E depois a história do trabalho autônomo, ela não vem do tempo da chegada dos europeus. Os negros libertos construíram

um processo de trabalho diferenciado, os negros eram comerciantes, eram artífices nesse país. Então, essa discussão é um pouco feita e acho que veio resultar nessas pesquisas que dão a dimensão do racismo desse país nos números frios: quanto ganha um trabalhador negro; uma trabalhadora negra em relação ao branco; ou como é que está a questão do mercado de trabalho para o trabalhador... A gente hoje vê pesquisas de tudo que é jeito, CEAD, IBGE, ONGs, a própria CUT, gente vindo dos Estados Unidos para fazer esses levantamentos sobre o mundo trabalho, mas a partir de coisas colocadas pela gente. O que a gente já sabia há muito tempo, que o negro era o maior número de desempregados, que o negro ganha menos, porque empiricamente a gente sentia, na luta, na construção da luta, a gente foi levando alguns organismos a fazer pesquisas e, na verdade, demonstrar como eles colocam que isso é científico e que está lá construído o processo de pesquisa com números etc. Mas ele foi demonstrar o que a gente já sentia empiricamente. Então acho que isso é importante: as relações no mundo do trabalho, especialmente com os sindicalistas, hoje têm uma outra cara, e mesmo as comissões antirracistas, que é aquele negócio que ele contou da comissão de negros do Metrô, na verdade é um embrião do que hoje tem pelo Brasil inteiro. No Brasil inteiro hoje tem sindicato com comissão antirracista. A CUT nos Estados todos tem, e a nacional também, CMCDR. A relação é tranquila, simples? Não, mas a gente tem até relações muito próximas e muito legais a partir dessas questões colocadas.

M.B. – A história da luta do negro no Brasil, você tem vários capítulos importantes. A luta de Palmares é uma das fundamentais, você tem o período dos teatros, do Teatro Experimental do Negro do Abdias do Nascimento, tem o teatro do Solano Trindade, que é uma figura impressionante. Eu e o Rafael demos a maior sorte, porque o Solano Trindade com arteriosclerose, um dia nós fomos lá e ele estava lúcido e foi um negócio assim, que a gente ficou besta. Foi muito legal. Você teve aí a Frente Negra Brasileira, e alguns tentam esconder, mas na década de 1970, você tem o Movimento Negro Unificado. A diferença é que o Movimento Negro Unificado está aí vivo, desenvolvendo teorias novas, assim como a gente desenvolveu... Nós não inventamos *Raça e Classe*, a gente desenvolveu. Então, assim como não inventamos a discussão que está hoje colocada, *Raça e Território*, vamos desenvolver. Com a certeza de que isso vai dar uma mudança substancial. Estamos sempre prontos a participar de debates e ações. Priorizamos a população pobre, somos às vezes menosprezados, achincalhados por setores burgueses e classe média do movimento negro,

por setores de esquerda, mas somos extremamente respeitados pela população marginalizada, pelo povo que vive em favelas, até mesmo os que estão em regiões onde o crime é muito grande, o Movimento Negro Unificado é recebido com um respeito que, para mim, eu acho que isso é a grande recompensa. Apesar de todos os problemas, meus filhos estão vivos aí, espertos, inteligentes, estão se efetivando. Sofreram muito por esses processos, foram muito sacaneados por aliados, por gente do próprio movimento, mas estão aí uns negões bonitos, sarados, inteligentes... Então, mostra que a luta valeu a pena, e a gente vai continuar lutando.

V.A. – Está ótimo. Podemos encerrar, não é?

[FINAL DO DEPOIMENTO²]

² A fita 4-A não gravada integralmente.